

EDITAL Nº 106/2026**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.08.14.3**

Torna-se público que o Município do Crato/CE, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1602001/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

O Edital está disponível gratuitamente nos sítios eletrônicos oficiais:

<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>,

https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

<https://crato.ce.gov.br/licitacao.php>

O certame será realizado por meio do sistema eletrônico <https://compras.gov.br>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR GRUPO
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	06/11/2026 AS 09h
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 269.091,65
REGIME DE ENTREGA	POR DEMANDA
MODO DE DISPUTA	ABERTO
PREGOEIRA	VALÉRIA DO CARMO MOURA

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DESTINADOS AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E TERAPÊUTICAS DESENVOLVIDAS PELAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **grupos**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os **GRUPOS 01, 02, 03 e 04**, a participação é **exclusiva** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. O **GRUPO 05** será **reservado** as microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso III do art. 48, I da lei complementar Nº 123/2006, e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014. **CONTUDO, É CADASTRADO NO SISTEMA SEM BENEFÍCIO DEVIDO A LIMITAÇÃO SISTÊMICA DO COMPRAS.GOV.BR. AS EMPRESAS QUE NÃO SE ENQUADRAR COMO ME/EPP QUE VENHAM A PARTICIPAR/GANHAR ESTE ITEM/GRUPO SERÁ DESCLASSIFICADA PELA PREGOEIRA.**

3.6.1. A obtenção do benefício a que se refere os itens 3.5 e 3.6 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

3.6.3. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.7. O **GRUPO 06** será de **ampla disputa**. Será garantida aos licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

Grener

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da lei 14.133 de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. **NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:**

3.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. **Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;** não será aceita a participação de consórcio de empresas, pois não existe viabilidade devido ao objeto do futuro processo licitatório ser objeto comum, não sendo de alta complexidade técnica e não se enquadrando como de grande vulto, qual seja, superar o valor de 200.000.000,00 milhões - conforme estabelece a lei 14.133/21 em seu art. 6º, XXII. A justificativa se encontra melhor explicitada no Estudo Técnico Preliminar realizado quando do planejamento deste procedimento de licitação.

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5.1. Nos **ITENS/GRUPOS** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele **ITEM/GRUPO**.
- 5.5.2. Nos **ITENS/GRUPOS** em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total dos itens e valor global da proposta.
- b) Marca / Fabricante.
- c) Quantidade dos itens.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2. empresas brasileiras;

7.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. **Não se aplica.**

8.8.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.2. Não será exigida a qualificação econômico-financeira.

9.2. Habilitação Jurídica:

9.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 9.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 9.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 9.3.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943);
- 9.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

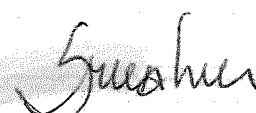
9.4. Qualificação Técnica:

- 9.4.1. Conforme item 4.2 do Termo de Referência.

9.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.6. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.7. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



- 9.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia.
- 9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados
- 9.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.15. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2h (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 9.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.15.1.

9.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante

vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação, adjudicação e formalização da Ata de Registro de Preços, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal eletrônica (e-mail), para que seja assinado eletronicamente e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; ou b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços;

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante: —

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.1.1. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>, https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e <https://crato.ce.gov.br/licitacao.php>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;



14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Solicitadas oficialmente pelo endereço eletrônico licitacrato@gmail.com.

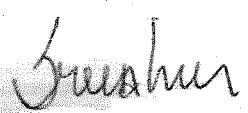
15.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

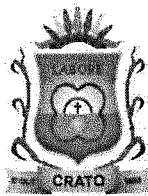


- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.10.1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 16.10.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.10.2. Anexo II – Modelo de Proposta;
 - 16.10.3. Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - 16.10.4. Anexo IV – Minuta do Contrato.

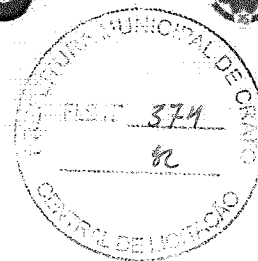


SHEYLA MARTINS ALVES FRANCELINO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

Central
de Licitação

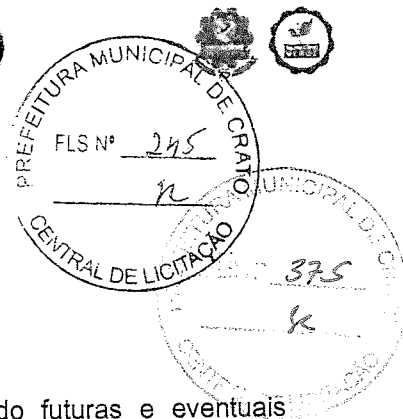


Crato
PREFEITURA



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Apêndice - ETP

Grasshopper



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO POR REGISTRO DE PREÇOS
Referência processo fluxus nº 8809.2026
Referência ETP nº 20/2026

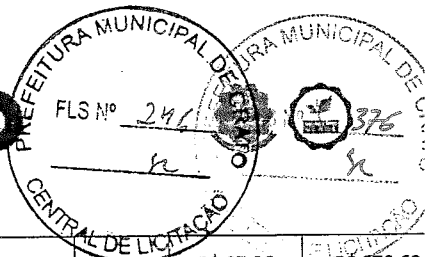
1. DO OBJETO

Seleção de melhor proposta para registro de preço visando futuras e eventuais aquisições de materiais destinados ao fortalecimento das ações assistenciais e terapêuticas desenvolvidas pelas equipes multidisciplinares em saúde do Município do Crato/CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 1 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP							
ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	330875	APARELHO ELETROESTIMULADOR NEUROMUSCULAR	APARELHO ELETROESTIMULADOR NEUROMUSCULAR, COMPONENTES:MICROCONTROLADOR DE CORRENTES TENS/FES, ADICIONAIS:2 CANAIS CONTROLE INDEPENDENTES DE INTENSIDADE, FREQUÊNCIA:0,5 A 250HZ, GARANTIA:PARÂMETROS FIXOS ON TIME,OFF TIME,RISE E DECAY, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BURST,TENS E FES SINCRONIZADO,FES RECÍPROCO, ACESSÓRIOS:LARGURA PULSO 25 A 500VS,DISPLAY ALFA-NUMÉRICO. CATMAT 330875	UNID	5	R\$ 739,00	R\$ 3.695,00
2	415965	APARELHO ULTRASSONOGRAFIA	APARELHO ULTRASSONOGRAFIA, FREQUÊNCIA EMISSÃO:1 E 3 MHZ, VOLTAGEM:110 / 220 V, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MODO CONTÍNUO E PULSADO, COMPONENTES:TEMPORIZADOR AJUSTÁVEL, SENSOR TÉRMICO, OUTROS COMPONENTES:CABO FORÇA, 2 TRANSDUTORES, FUSÍVEIS EXTRAS. CATMAT 415965	UNID	5	R\$ 1.433,66	R\$ 7.168,30
3	604884	BICICLETA HORIZONTAL EXERCÍCIOS REABILITAÇÃO FÍSICA	BICICLETA HORIZONTAL EXERCÍCIOS REABILITAÇÃO FÍSICA, MODELO:CICLOERGÔMETRO COMPUTADORIZADO, PORTÁTIL, APLICAÇÃO:P/ BRAÇO E PERNA, USO NO LEITO, TIPO PINTURA:ELESTÁTICA, BASE ARTICULÁVEL E REGULÁVEL, TIPO PAINEL:TELA AJUSTE DIGITAL, TIPO MEDIÇÃO:SIMETRIA, TÔNUS, FORÇA, AJUSTE:TREINO PASSIVO, ATIVO E ASSISTIDO, ACESSÓRIOS:PESEIRA, MANOPLA, C/ SUSTENTAÇÃO MEMBROS. CATMAT 604884	UNID	1	R\$ 157,08	R\$ 157,08
4	623760	ESTEIRA ERGONOMICA	ESTEIRA ERGONOMICA, INCLINAÇÃO: ATÉ 15%, PROGRAMAS DE TREINO: 12, ALTURA: 145,50 CM, LARGURA: 91 CM, COMPRIMENTO: 218,90 CM. CATMAT 623760	UNID	2	R\$ 6.226,60	R\$ 12.453,20
5	615793	MASSAGEADOR	MASSAGEADOR, MODELO:ELÉTRICO, TIPO PISTOLA, APLICAÇÃO:LIBERAÇÃO MIOFASCIAL, OPERAÇÃO:C/ CONTROLE DE INTENSIDADE, ACESSÓRIOS:MÍNIMO 6 PONTEIRAS, ALIMENTAÇÃO:BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE RECARGA. CATMAT 615793	UNID	5	R\$ 143,00	R\$ 715,00
SUBTOTAL DO LOTE							R\$ 24.188,58

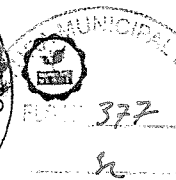
GRUPO 2 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP							
ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
6	237593	BASTÃO	BASTÃO, MATERIAL:ALUMÍNIO, TAMANHO:OFICIAL. CATMAT 237593	UNID	52	R\$ 101,29	R\$ 5.267,08
7	468506	BOLA FEIJÃO	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: BOLA DE FEIJÃO - BOBATH, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, TAMANHO: 45CM CIRCUNFERÊNCIA, CAPACIDADE: ATÉ 300 KG. CATMAT 468506	UNID	4	R\$ 80,40	R\$ 321,60
8	373635	BOLA MEDICINAL	BOLA MEDICINAL, MATERIAL:LATEX, PESO:500 G, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA, DIÂMETRO:70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM VÁLVULA. CATMAT 373635	UNID	15	R\$ 59,02	R\$ 885,30

Handwritten signature



9	240869	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:GRANDE. CATMAT 240869	UNID	10	R\$ 87,86	R\$ 878,60
10	240870	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:MÉDIO. CATMAT 240870	UNID	10	R\$ 69,44	R\$ 694,40
11	240871	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:PEQUENO. CATMAT 240871	UNID	10	R\$ 39,69	R\$ 396,90
12	329054	CANELEIRA	CANELEIRA, TIPO:PESO DE AREIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REVESTIDO EM NÁILON COM VELCRO, PESO:0,50 KG, USO:FISIOTERAPIA. CATMAT 329054	PAR	80	R\$ 26,23	R\$ 2.098,40
13	329055	CANELEIRA	CANELEIRA, TIPO:PESO DE AREIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REVESTIDO EM NÁILON COM VELCRO, PESO:1 KG, USO:FISIOTERAPIA. CATMAT 329055	PAR	60	R\$ 39,02	R\$ 2.341,20
14	636174	CINTO DE MULLING	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: CINTO TERAPIA MANUAL DE MULLIGAN, MATERIAL: TECIDO RESISTENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHO DE SEGURANÇA AJUSTÁVEL, ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL. CATMAT 636174	UNID	4	R\$ 65,27	R\$ 261,08
15	447975	CONE	CONE, MATERIAL:PVC, ALTURA:4 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE, CHAPÉU CHINÊS, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS. CATMAT 447975	UNID	40	R\$ 3,37	R\$ 134,80
16	447976	CONE	CONE, MATERIAL:PVC, ALTURA:23 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE DE AGILIDADE, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS. CATMAT 447976	UNID	40	R\$ 7,86	R\$ 314,40
17	602142	CONE	CONE, MATERIAL:PLÁSTICO, ALTURA:CERCA 6 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE, CHAPÉU CHINÊS, DEMARCATÓRIO, C/ COR. CATMAT 602142	UNID	85	R\$ 4,58	R\$ 389,30
18	617941	EXERCITADOR MUSCULAR PARA MEMBRO SUPERIOR	EXERCITADOR MUSCULAR PARA MEMBRO SUPERIOR, MODELO:C/ ORIFÍCIOS PARA DEDOS, RESISTÊNCIA:EXTRA LEVE, MATERIAL:POLÍMERO, COR:C/ COR, APRESENTAÇÃO:UNIDADE. CATMAT 617941	UNID	95	R\$ 33,97	R\$ 3.227,1
19	618025	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1,5M TIRA ELÁSTICA LEVE	Faixa Exercitadora Muscular Tipo: Tira Elástica Intensidade De Resistência: Leve Material: Borracha Sintética Cor: C/ Cor Comprimento Linear: Cerca De 1,5 M Largura: Cerca De 15 Cm Apresentação: Unidade	UNID	60	R\$ 26,86	R\$ 1.611,6
20	618037	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1,5M TIRA ELÁSTICA MÉDIA	Faixa Exercitadora Muscular Tipo: Tira Elástica Intensidade De Resistência: Média Material: Borracha Sintética Cor: C/ Cor Comprimento Linear: Cerca De 1,5 M Largura: Cerca De 15 Cm Apresentação: Unidade	UNID	60	R\$ 32,95	R\$ 1.977,0
21	618049	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1,5M TIRA ELÁSTICA FORTE	Faixa Exercitadora Muscular Tipo: Tira Elástica Intensidade De Resistência: Forte Material: Borracha Sintética Cor: C/ Cor Comprimento Linear: Cerca De 1,5 M Largura: Cerca De 15 Cm Apresentação: Unidade	UNID	60	R\$ 51,43	R\$ 3.085,8
22	618094	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR MÉDIA 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: MÉDIA, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618094	UNID	60	R\$ 29,20	R\$ 1.752,0
23	618106	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR FORTE 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618106	UNID	45	R\$ 36,67	R\$ 1.650,1
24	618115	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR EXTRA FORTE 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: EXTRA FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618115	UNID	45	R\$ 40,26	R\$ 1.811,7
25	251770	HALTERE 2KG	HALTERE, MATERIAL: FERRO, TIPO:MACIÇO, REVESTIMENTO: PINTADO, FORMA: BOLAS NAS LATERAIS, PESO: 2 KG, APLICAÇÃO: GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO. CATMAT 251770	PAR	35	R\$ 53,64	R\$ 1.877,0
26	399138	HALTERE 1KG	HALTERE, MATERIAL:BORRACHA EVA, TIPO:MACIÇO, FORMA:BOLAS NAS LATERAIS, PESO: 1 KG, APLICAÇÃO:GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO. CATMAT 399138	PAR	35	R\$ 39,33	R\$ 1.376,0

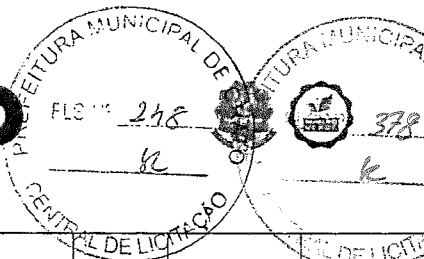
Handwritten signature



27	626342	BOLA DE EQUILÍBRIO	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO:BOLA DE EQUILÍBRIO SENSORIAL, MODELO:MEIA BOLA CRESPA, MATERIAL:PVC, APLICAÇÃO:TREINAMENTO DE ESTABILIDADE MOTORA E SENSORIAL, DIÂMETRO:CERCA DE 15 CM. CATMAT 626342	UNID	4	R\$ 42,13	R\$ 168,52
28	346920	PLATAFORMA PARA GINÁSTICA	PLATAFORMA PARA GINÁSTICA, MATERIAL:POLIETILENO, COMPRIMENTO:59 CM, LARGURA:40 CM, ALTURA:14 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MODELO GINÁSTICA STEP. CATMAT 346920	UNID	5	R\$ 85,97	R\$ 429,85
29	615614	ROLO CILÍNDRICO	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: ROLO CILÍNDRICO, MATERIAL: EVA, APLICAÇÃO: EXERCÍCIO FORTALECIMENTO MUSCULAR E MASSAGEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURIZADO, DIMENSÃO: CERCA DE 15 X 60 CM, ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL. CATMAT 615614	UNID	7	R\$ 59,13	R\$ 413,91
30	621944	TATAME	TATAME, MATERIAL:E.V.A., COMPRIMENTO PLACA:1 M, LARGURA PLACA:1 M, ESPESSURA PLACA:10 MM, QUANTIDADE PLACAS:12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:36 BORDAS, 3 BORDAS INCLUSAS EM CADA PEÇA. CATMAT 621944	UNID	23	R\$ 368,33	R\$ 8.471,59
SUBTOTAL DO LOTE							R\$ 41.836,21

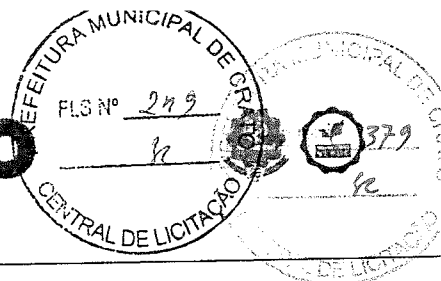
GRUPO 3 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP							
ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
31	475100	BOCAL - USO MÉDICO	Bocal - Uso Médico Compatibilidade: Compatível C/ Espirômetro Materia Prima: Papelão Resistente, Face Externa Impermeável Modelo: Tubular Reto Tamanho: Adulto Esterilidade: Descartável Apresentação: Embalagem Individual	UNID	1000	R\$ 0,54	R\$ 540,00
32	617934	DISPOSITIVO PORTÁTIL PARA TERAPIA RESPIRATÓRIA	DISPOSITIVO PORTÁTIL PARA TERAPIA RESPIRATÓRIA, TIPO DE FUNCIONAMENTO:PRESSÃO / VIBRAÇÃO - MECÂNICO, NÍVEL DE ESFORÇO:C/ AJUSTE MANUAL, MODELO:CORPO PRINCIPAL TIPO PEÇA DE MÃO, MATERIAL:POLÍMERO RESISTENTE, COMPONENTE:C/ BOCAL, COMPONENTE ADICIONAL:C/ CLIPE NASAL, TIPO USO:USO INDIVIDUAL. CATMAT 617934	UNID	5	R\$ 182,61	R\$ 913,05
33	623882	KIT TERAPÊUTICO	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS, TIPO 2:DISPOSITIVO DE TREINAMENTO MUSCULAR RESPIRATÓRIO, PADRÃO 1:POWERBREATHE MR, USO 2:FORTALECER OS MÚSCULOS RESPIRATÓRIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3:CARGAS AJUSTÁVEIS MANUALMENTE DE 23 À 186 CMH2O., COMPONENTES ADICIONAIS:BOCAL ADEQUADO PARA USO ADULTO E PEDIÁTRICO. CATMAT 623882	UNID	5	R\$ 700,75	R\$ 3.503,7
34	462363	ESPIRÔMETRO	ESPIRÔMETRO, MODELO:TELA EM LCD, SENSÍVEL AO TOQUE, DIMENSÃO:CERCA DE 7 POL, TIPO DE ANÁLISE:NO MÍNIMO FVC, FEV, PEF, FEF, VC, COMPONENTE I:SENSOR FLUXO/VOLUME TURBINA BIDIRECIONAL, COMPONENTE II:MÉTODO MEDIÇÃO INTERRUPTÃO INFRAVERMELHOS, COMPONENTE III:C/ SOFTWARE, VOLUME:MÁXIMO 10 L, INTERFACE:USB, TRANSMISSÃO S/ FIO, FONTE ALIMENTAÇÃO:BATERIA RECARREGÁVEL. CATMAT 462363	UNID	4	R\$ 8.953,68	R\$ 35.814
35	479614	FILTRO TERAPIA RESPIRATÓRIA	FILTRO TERAPIA RESPIRATÓRIA, APLICAÇÃO:P/ CIRCUITO RESPIRATÓRIO, MODELO:HMEF, TIPO:TROCA CALOR E UMIDADE C/ BARREIRA MICROBIOLÓGICA, TIPO MEMBRANA:HIDRÓFICO E HIGROSCÓPICO, COMPONENTE:CONEXÕES PADRÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ TRAQUEIA CORRUGADA, TAMANHO:ADULTO, ESTERILIDADE:ESTÉRIL. CATMAT 479614	UNID	450	R\$ 6,28	R\$ 2.826
36	229643	MANOVACUÔMETRO	MANOVACUÔMETRO, COMPONENTES:DIAL EM ESCALA DE +/- 150 CM H2O/TUBO CONECTOR, USO:AVALIADOR DAS PI/PE, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA EM TRANSPLANTADO/ASSISTÊNCIA À FUNÇÃO. CATMAT 229643	UNID	2	R\$ 1.177,00	R\$ 2.354
37	454200	MATERIAL P/ VNI - CPAP / BIPAP	MATERIAL P/ VNI - CPAP / BIPAP, TIPO 1:MÁSCARA FACIAL, TIPO BORDA:COXIM SILICONE INFLÁVEL, TAMANHO*:ADULTO M, VÁLVULA:C/ VÁLVULA PEEP, TIPO EXTENSÃO:TRAQUEIA, TIPO FIXAÇÃO:FIXADOR AJUSTÁVEL, APRESENTAÇÃO:CONJUNTO COMPLETO. CATMAT 454200	UNID	15	R\$ 194,03	R\$ 2.910

Guilherme



38	347647	MEDIDOR USO MÉDICO	MEDIDOR USO MÉDICO, TIPO: DE FLUXO RESPIRATÓRIO, TIPO MEDIÇÃO: ADULTO, FAIXA TRABALHO: VALORES DE ATS DE 60 A 880 L/MIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EIXO INTERNO EM AÇO INÓX, CORPO PLÁSTICO. CATMAT 347647	UNID	1	R\$ 148,41	R\$ 148,41
SUBTOTAL DO LOTE							R\$ 49.010,31

GRUPO 4 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP							
ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
39	427495	ADIPÔMETRO	ADIPÔMETRO, OPERAÇÃO: ANALÓGICO, MATERIAL: METAL, RESOLUÇÃO: RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 95 MM, PRESSÃO: CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA: TOLERÂNCIA ATÉ 5 MM. CATMAT 427495	UNID	12	R\$ 133,23	R\$ 1.598,76
40	465055	DINAMÔMETRO	DINAMÔMETRO, TIPO: MANUAL, CAPACIDADE MÁXIMA: 90 KGF, APLICAÇÃO: MEDIÇÃO ESFORÇO DA MÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEGADOR COM AJUSTE FÁCIL EM 5 POSIÇÕES. CATMAT 465055	UNID	4	R\$ 191,59	R\$ 766,36
41	442457	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: TIPO TRENA, MATERIAL: FIBRA DE VIDRO, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 2,0 M, COMPONENTE II: RETRÁTIL, C/ TRAVA. CATMAT 442457	UNID	10	R\$ 26,78	R\$ 267,80
42	442567	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: TIPO RÉGUA, MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 2,0 M, COMPONENTE II: DOBRÁVEL, SISTEMA TELESCÓPICO, COMPONENTE III: TRIPÉ REGULÁVEL, ADICIONAL: PORTÁTIL. CATMAT 442567	UNID	10	R\$ 148,03	R\$ 1.480,30
43	600428	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: ESTADIÔMETRO DIGITAL, ULTRASSÔNICO, MATERIAL: GABINETE PLÁSTICO, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM, CM E POLEGADAS, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 2,3 M, COMPONENTE I: C/ VISOR, ADICIONAL: PORTÁTIL. CATMAT 600428	UNID	4	R\$ 221,77	R\$ 887,08
44	432706	ESFIGMOMANÔMETRO	ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO*: DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, MATERIAL: BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, TAMANHO: ADOLESCENTE. CATMAT 432706	UNID	23	R\$ 73,51	R\$ 1.690,73
45	340321	ESTESIÔMETRO	ESTESIÔMETRO, COMPOSIÇÃO: 6 TUBOS COM 1 PAR FILAMENTOS NYLON ESPECIAL, APLICAÇÃO: TESTE DE SENSIBILIDADE CUTÂNEA. CATMAT 340321	UNID	2	R\$ 256,41	R\$ 512,82
46	223919	FITA MÉTRICA POLIÉSTER	FITA MÉTRICA COSTURA, MATERIAL: POLIÉSTER E FIBRA VIDRO, COMPRIMENTO: 150 CM, COR: BRANCA E AZUL. CATMAT 223919	UNID	20	R\$ 4,89	R\$ 97,80
47	472747	FITA MÉTRICA DESCARTÁVEL	Fita Métrica Costura Material: Papel Comprimento: 200 CM Cor: Branca Características Adicionais: Descartável	UNID	5000	R\$ 7,02	R\$ 35.100,0
48	483725	GONIÔMETRO	GONIÔMETRO, TIPO: GONIÔMETRO DIGITAL, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, FAIXA MEDIÇÃO: 0 A 360 GRA, RESOLUÇÃO: 0,05 GRA, COMPRIMENTO: 200 MM, PADRÃO MEDIÇÃO: POLEGADAS, MILÍMETROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIDOR LCD; BATERIA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. CATMAT 483725	UNID	4	R\$ 42,63	R\$ 170,52
49	469954	LANTERNA NÃO ELÉTRICA	LANTERNA NÃO ELÉTRICA, TAMANHO PILHA: AAA, TIPO FOCO: FIXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RÉGUA E MEDIDOR DE PUPILA PARA PROFISSIONAIS DA SA, APLICAÇÃO: HOSPITALAR, TIPO LÂMPADA: LED, MODELO: PEN LIGHT. CATMAT 469954	UNID	4	R\$ 33,34	R\$ 133,36
50	385449	MARTELO	MARTELO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO: REFLEXOLÓGICO, ACESSÓRIOS: AGULHA E PINCEL. CATMAT 385449	UNID	4	R\$ 68,37	R\$ 273,48
51	435803	TERMÔMETRO CLÍNICO	TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE: DIGITAL, ESCALA: ATÉ 45 °C, TIPO*: USO AURICULAR E DE TESTA, COMPONENTES: C/ ALARMES, MEMÓRIA: MEMÓRIA ATÉ 10 MEDIÇÕES, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT 435803	UNID	20	R\$ 71,02	R\$ 1.420,40
SUBTOTAL DO LOTE							R\$ 44.399,4

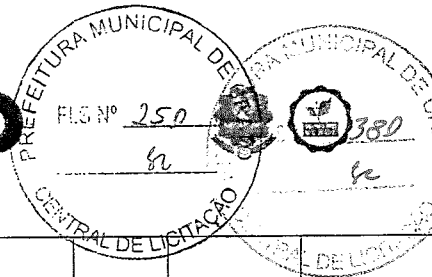


GRUPO 5 - PARTICIPAÇÃO ABERTA

ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
52	478146	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ SISTEMA P/ FIXAÇÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 6 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 478146	UNID	1125	R\$ 43,41	R\$ 48.836,2
53	637414	BANDAGEM	Bandagem Tipo: Tape Funcional Elástico Modelo: Autoaderente Material: Malha Impermeável De Tecido Sintético E Algodão Componente: C/ Adesivo De Borracha Sintética Dimensão: Cerca De 5 Cm X 5 M Cor: C/ Cor Embalagem: Embalagem Individual Em Rolo Tipo Uso: Uso Único	UNID	525	R\$ 28,59	R\$ 15.009,7
54	486826	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:ELÁSTICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:P/ ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR APH, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO E ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ APLICADOR DE PRESSÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 15 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:ESTÉRIL. CATMAT 486826	UNID	225	R\$ 41,71	R\$ 9.384,7
55	464937	GEL PARA EXAME MÉDICO	GEL PARA EXAME MÉDICO, APLICAÇÃO:REDUTOR DE IMPEDÂNCIA ELÉTRICA. CATMAT 464937	GALÃO	150	R\$ 58,27	R\$ 8.740,5
56	637109	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO PROTEÇÃO: VISOR ARTICULADO FORMATO CONCHA MATERIAL PROTEÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO LENTE: POLICARBONATO COR LENTE: INCOLOR APLICAÇÃO: SOLDADOR OXICOMBUSTIVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO DAS LENTES 50MM COM FILTRO DE LUZ TONALID. CATMAT 637109	UNID	8	R\$ 9,77	R\$ 78,16
57	467998	PINÇA ANATÔMICA	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DENTE DE RATO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 18 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. CATMAT 467998	UNID	8	R\$ 16,98	R\$ 135,8
58	467835	PINÇA CIRÚRGICA	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 18 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. CATMAT 467835	UNID	3	R\$ 31,50	R\$ 94,50
SUBTOTAL DO LOTE							R\$ 82.279

GRUPO 6 - COTA PARA ME E EPP

ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
59	478146	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ SISTEMA P/ FIXAÇÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 6 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 478146	UNID	375	R\$ 43,41	R\$ 16.278
60	637414	BANDAGEM	Bandagem Tipo: Tape Funcional Elástico Modelo: Autoaderente Material: Malha Impermeável De Tecido Sintético E Algodão Componente: C/ Adesivo De Borracha Sintética Dimensão: Cerca De 5 Cm X 5 M Cor: C/ Cor Embalagem: Embalagem Individual Em Rolo Tipo Uso: Uso Único	UNID	175	R\$ 28,59	R\$ 5.003
61	486826	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:ELÁSTICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:P/ ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR APH, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO E ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ APLICADOR DE PRESSÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 15 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:ESTÉRIL. CATMAT 486826	UNID	75	R\$ 41,71	R\$ 3.128
62	464937	GEL PARA EXAME MÉDICO	GEL PARA EXAME MÉDICO, APLICAÇÃO:REDUTOR DE IMPEDÂNCIA ELÉTRICA. CATMAT 464937	GALÃO	50	R\$ 58,27	R\$ 2.911
63	637109	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO PROTEÇÃO: VISOR ARTICULADO FORMATO CONCHA MATERIAL PROTEÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO LENTE: POLICARBONATO COR LENTE:	UNID	2	R\$ 9,77	R\$ 19,54



			INCOLOR APLICAÇÃO: SOLDADOR OXICOMBUSTIVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO DAS LENTES 50MM COM FILTRO DE LUZ TONALID. CATMAT 637109				
64	467998	PINÇA ANATÔMICA	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DENTE DE RATO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 18 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. CATMAT 467998	UNID	2	R\$ 16,98	R\$ 33,96
SUBTOTAL DO LOTE							R\$ 27.377,25

1.1. O objeto decorreu de estudo de solução, com fundamentação e análises constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 20/2026 – SMS;

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 1602001/2023 – GP;

1.3. A presente contratação justifica-se pela necessidade de adquirir materiais didáticos destinados a apoiar as ações das equipes multidisciplinares em saúde do Município do Crato/CE, de modo a fortalecer o desempenho das atividades assistenciais e educativas realizadas junto à população, tornando-as mais robustas e capacitadas;

1.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026;

1.5. Os grupos 01, 02, 03 e 04 SERÁ EXCLUSIVO as microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso I do art.48, da lei complementar Nº123/2006, e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014;

1.6. O grupo 05 será de PARTICIPAÇÃO ABERTA. Serão garantidas às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014;

1.7. O grupo 06 será COTA PARA ME E EPP, para as microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadram nos termos disposto no inciso III do art.48, da lei complementar Nº 123/2006, e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014;

1.7.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado;

1.7.2. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

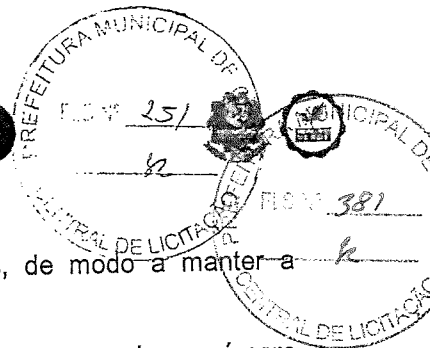
2. FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação se dará através de licitação por pregão eletrônico;

2.2. Será utilizado o sistema de registro de preços.

2.3. O critério de julgamento será: menor preço.

2.3.1. A escolha por grupo de itens (lote) justifica-se quanto à divisão técnica dos lotes, com os itens agrupados em virtude de os mesmos guardarem compatibilidade entre si, observando-se,



inclusive, as regras de mercado para a contratação dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa;

2.2.2. No objeto em tela, caso fosse adotado o critério de julgamento por item, geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois a secretaria solicitante não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos. Nesse sentido, optamos pelo critério de julgamento de menor Preço por Lote;

2.2.3. No que diz respeito ao princípio da Economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado. Dessa forma, na divisão por lote do objeto em tela, há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

2.4. Não será aceita a participação de consórcio de empresas pelo motivo de que nas contratações é bastante corriqueiro a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital e ainda não teriam as condições necessárias à execução do objeto individualmente. Ressalte-se que a decisão com relação à vedação à participação de consórcios, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços nas licitações.

2.5. Subcontratação;

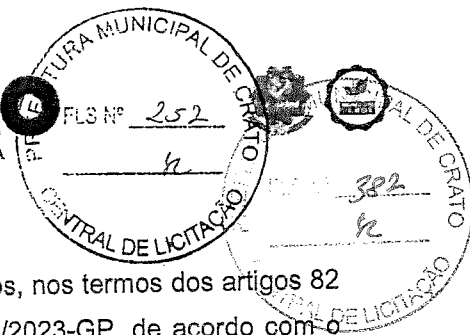
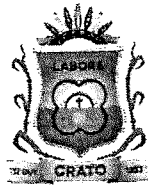
2.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.7. Não haverá exigência de amostras;

2.8. Garantia da contratação;

2.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão da natureza do objeto.

Guilherme



3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. A presente contratação será por Sistema de Registro de Preços, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 1602001/2023-GP, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência;

3.2. O Sistema de Registro de Preços encontra-se amparado pelas hipóteses abaixo:

a) há necessidade de contratações permanentes ou frequentes em razão das características do objeto;

b) é conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

3.3. Foi publicada a Intenção de Registro de Preços – IRP, por meio do ofício circular n.º 1632/2026 – SMS, nos termos do artigo n.º 86, Lei Federal n.º 14.133, e não houve órgão interessado na participação conjunta com essa secretaria de saúde.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os requisitos dos artigos 62 a 70 da Lei n.º 14.133/21;

4.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

4.1.2. Em relação ao item 4.1, não será exigida a qualificação econômico-financeira.

4.2. Qualificação Técnica

4.2.1. O fornecedor deverá apresentar documento de Regularidade fiscal e trabalhista, comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto;

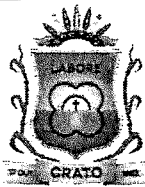
4.2.2. Os produtos objeto da presente contratação deverão atender integralmente à legislação sanitária, técnica e de segurança aplicável, observando-se, quando cabível, as exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e pelos demais órgãos competentes;

4.2.3. Para os produtos classificados como dispositivos médicos ou produtos sujeitos à vigilância sanitária, a licitante deverá apresentar a respectiva regularização junto à ANVISA, mediante registro ou notificação, conforme a classificação de risco e o enquadramento regulatório aplicável ao produto, devendo a situação apresentada estar válida na data da contratação e durante a execução contratual, sendo estes: item 1, 2, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 50, 51, 55;

4.2.4. Deverão atender às exigências de certificação ou controle metrológico do INMETRO, quando aplicáveis, os itens: 34, 36, 37, 38, 44, 51, observando-se a regulamentação específica de cada produto. Quando exigida certificação compulsória, deverá ser apresentado o respectivo Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto – OCP acreditado pelo INMETRO, ou documentação equivalente prevista na regulamentação específica.

4.2.5. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item

Frederico



pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

4.2.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

4.2.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

4.2.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O termo a ser formalizado será Ata de Registro de Preços, que consta com minuta em anexo ao edital futuro;

5.2. O prazo de vigência da ata será de 1 (hum) ano e pode ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem de preço.

5.3. A ata de registro de preço deverá ter um órgão gerenciador;

5.4. Da origem da ata serão gerados contratos, conforme solicitação e demanda da pasta ordenadora, estes seguindo sua legislação específica;

5.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas na ARP, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição ou serviços pretendidos, desde que devidamente motivada.

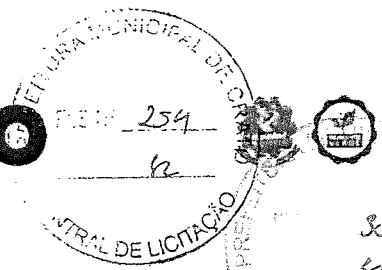
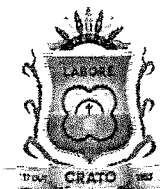
5.6. O prazo de duração dos contratos decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata, estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.7. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

5.8. O cadastro de reserva poderá ser previsto no edital e ser realizado com os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

5.9. Nas hipóteses em que se proceder ao cancelamento do registro de preços, tiver sido formado cadastro de reserva e houver interesse no seu acionamento, caberá ao Setor de Licitações, em conjunto com o gerenciador da ARP, realizar os procedimentos operacionais destinados ao chamamento do cadastro de reserva.

Guarhués



6. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. Caso exista necessidade de contratação dos itens registrados em ata, será formatado contrato, de acordo com a demanda e solicitação das ordenadoras, que consta com minuta em anexo ao edital futuro;

6.1.1. O termo de contrato oriundo da ARP, deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

6.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, não havendo necessidade de prorrogação, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6.4. Para a contratação, deverá ser apresentada dotação orçamentária conforme o demandado.

7. MODELO DE GESTÃO DA ATA E FUTURO CONTRATO

7.1. A ata de registro de preço e o futuro contrato deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em fase específica de contrato, em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. Ao assinar a ata e/ou contrato, o fornecedor deve definir preposto para contatos e providências, bem como seus contatos telefônicos e via e-mail.

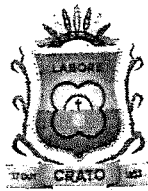
7.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. A execução da ata de registro de preços e/ou do contrato, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contratos: Lorena Araújo e Alencar Cartaxo e Francisca Áurea Marquês Moreira, que deveram atender a todos os regramentos referentes a sua temática,

Grushes



conforme a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Anexo VI do Decreto Municipal 1602001/2023-GP.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

- 8.1.** Em fase de contrato assinado, o prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, em remessa única, conforme solicitado na Ordem de Compras;
- 8.2.** As solicitações de entrega ocorrerão através de emissão de Ordem de Compra, encaminhada à empresa via canais oficiais e/ou preposto;
- 8.2.1.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 8.3.** A comunicação deve atender ao item 7 deste Termo de Referência;
- 8.4.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Sede da Secretaria municipal de Saúde, Rua Sete de Setembro, 150, São Miguel, Crato/CE, sendo recebidos por servidores nomeados e designados fiscais de contrato;
- 8.5.** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.
- 8.6.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 8.6.1.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.7.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 8.8.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 8.9.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 8.10.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Silvestre



Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES

9.1. As penalidades e sanções referentes ao certame serão dispostas em edital, conforme disposição do Setor de Licitações e Contratos, e atenderão aos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. As penalidades e sanções que deverão constar em minuta contratual e minuta da ata devem atender ao disposto abaixo.

9.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

9.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.3.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.3.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.3.6. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.3.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.3.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.3.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência;

9.4.2. Multa;

9.4.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

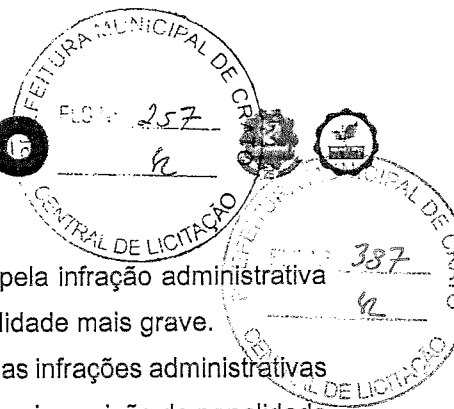
9.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Trueshies



9.6. A sanção prevista no item 9.4.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 9.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.7. A sanção prevista no item 9.4.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município do Crato/CE, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, a ser definido em processo de penalização.

9.8. A sanção prevista no item 9.4.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.3.6, 9.3.7, 9.3.8 e 9.3.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no 9.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser definido em processo de penalização.

9.9. A sanção estabelecida no item 9.4.4 será precedida de análise jurídica e é de competência exclusiva do Secretário Municipal;

9.10. As sanções previstas nos itens 9.4.1, 9.4.3 e 9.4.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 9.4.2.

9.11. A aplicação de multa se dará:

9.11.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 (dez) dias;

9.11.2. Compensatória, para as infrações descritas nos itens 9.3.6 e 9.3.9, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

9.11.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 9.3.3, de 5% a 10% do valor do Contrato.

9.11.4. Para infração descrita no item 9.3.2, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

9.11.5. Para infrações descritas no item 9.3.5, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

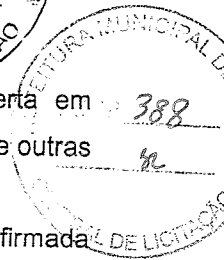
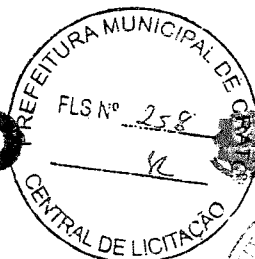
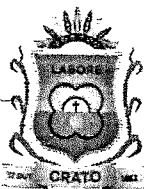
9.11.6. Para a infração descrita no item 9.3.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

9.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.13. Na aplicação da sanção prevista no item 9.4.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.14. A aplicação das sanções previstas nos itens 9.4.3 e 9.4.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta conforme Lei Federal nº 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Frederico



9.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas disposições legais.

9.16. O procedimento de responsabilização será regido por Instrução Normativa a ser firmada pela administração pública.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.3. Estando toda documentação correta, o servidor encaminhará, através de fluxo regido pela Secretaria de Finanças e Planejamento, para realização de trâmites e pagamento.

10.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de preferência no banco BRADESCO.

10.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias da prestação do serviço ou da entrega completa do bem, respeitadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP.

10.6. Deverá ser respeitada a ordem cronológica exigida no artigo nº 141, Lei nº 14.133/2021.

11. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. A ata poderá ter seus preços reajustados na forma dos artigos 41 e 42 do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

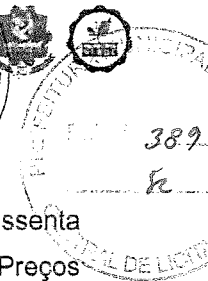
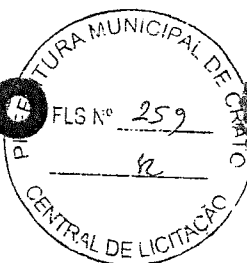
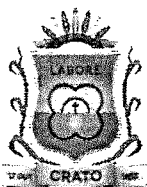
12. DA ALTERAÇÃO DE VALOR CONTRATUAL

12.1. Em sede de contrato, os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do item contratado, ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como do reajuste, conforme o Capítulo VII da Lei nº 14.133/21 e Anexo VII do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Tendo em vista a ata apenas registrar preços, não haverá declaração de dotação ou disponibilidade, sendo estas exigidas apenas em sede de contratação.

Guilherme



14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total do registro de preços é de R\$ 269.091,65 (duzentos e sessenta e nove mil, noventa e um reais e sessenta e cinco centavos), conforme Pesquisa de Preços anexas a este termo.

15. DA ADESÃO A ATA

15.1. Os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma da legislação federal e municipal;

15.1.3. Prévias consultas e aceitações do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

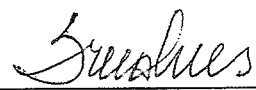
15.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

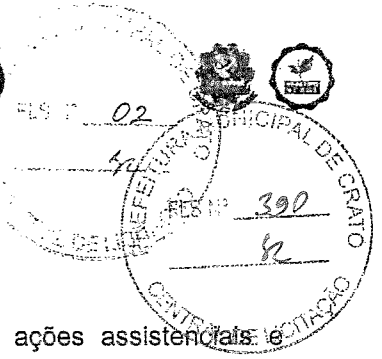
15.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.4. O procedimento de adesão atenderá ao disposto na Seção III, Capítulo VI do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.

Crato/CE, 14 de agosto de 2026


Raimundo Luiz de Oliveira Neto
Assessor I
Portaria nº 527/2026 - SMPG


Sheyla Martins Alves Francelino
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 66/2026 - PG



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Secretaria Municipal de Saúde
Nº 20/2626 – SMS

OBJETO: aquisição de materiais destinados ao fortalecimento das ações assistenciais e terapêuticas desenvolvidas pelas equipes multidisciplinares em saúde do Município do Crato/CE.

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade apresentar os elementos necessários à aquisição de materiais didáticos destinados a dar suporte às atividades educativas das equipes multidisciplinares em saúde do Município do Crato/CE. A iniciativa busca atender às necessidades de qualificação e atualização contínua dos profissionais que compõem essas equipes, fortalecendo o desenvolvimento de competências e a melhoria dos serviços prestados à população.

Considerando que as equipes multidisciplinares desempenham papel essencial na garantia de uma atenção contínua, integrada e humanizada à população, a disponibilização de materiais adequados é fundamental para apoiar o processo de aprendizagem e aprimorar as práticas de cuidado, contribuindo para o fortalecimento da rede municipal de saúde e para a efetividade das ações assistenciais.

Neste contexto, o presente documento apresenta o estudo técnico preliminar que visa assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico.

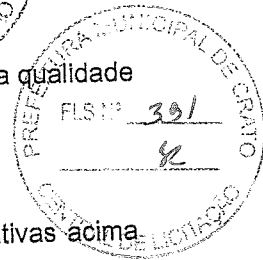
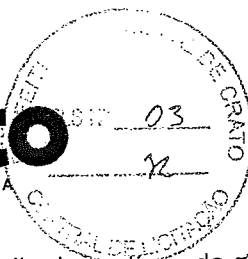
2. DESENVOLVIMENTO

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de adquirir materiais destinados a apoiar as ações das equipes multidisciplinares em saúde do Município do Crato/CE, sendo estas: Equipes Multiprofissional - eMulti, Serviço de Atendimento Domiciliar - SAD e Centro de Especialidades, de modo a fortalecer o desempenho das atividades assistenciais e educativas realizadas junto à população.

No que tange as eMulti, com a publicação da Portaria GM/MS nº 635, de 22 de maio de 2023, ocorreu o aprimoramento da Estratégia de Fortalecimento das Equipes, que trouxe importantes avanços para a estruturação, funcionamento e execução dos serviços. Entre as principais mudanças, destacam-se o aumento do cofinanciamento federal, a inclusão de novas especialidades, a implantação do arranjo de atendimento remoto como ferramenta tecnológica para otimização dos processos de trabalho e a ampliação da carga horária das equipes, tornando-as mais robustas e capacitadas para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, torna-se indispensável disponibilizar materiais adequados e atualizados para apoiar o processo de educação continuada dos profissionais envolvidos, assegurando a



consolidação das novas diretrizes, o aprimoramento técnico e a melhoria contínua da qualidade da assistência prestada à população do Município do Crato.

I. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza de fornecimento contínuo, não havendo a necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/2021, nos art. 105, 106 e 107.

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

- A) O fornecedor deverá apresentar as devidas certificações nos órgãos de controle, no que couber, melhor detalhado no Termo de Referência da Contratação;
- B) Os objetos deverão possuir padrão de qualidade e durabilidade compatível com as principais marcas de mercado;
- C) Todos os produtos ofertados deverão ser novos, em perfeitas condições para uso;
- D) Os produtos deverão ser fornecidos em sua totalidade, incluídos os custos com frete e demais custos que se façam necessários para que sejam entregues em plenas condições de uso, no endereço indicado neste instrumento;
- E) Os materiais devem apresentar qualidade didática e técnica, serem atuais, confiáveis e compatíveis com as necessidades formativas das equipes, garantindo efetividade no processo de aprendizagem, conforme descrito em edital;
- F) O fornecedor deverá assegurar entrega conforme solicitado pela contratante e em prazo adequado;
- G) Os itens deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde do Crato, endereço: Rua Sete de Setembro, 150, bairro São Miguel, setor almoxarifado, sendo recebido por servidor designado e nomeado fiscal;
- H) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

I) Do recebimento do objeto:

- A) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- B) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório.
- J) A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações



estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos itens que serão entregues;

- K) A entrega e o descarregamento dos produtos são de responsabilidade do fornecedor, e devem ocorrer exclusivamente às suas expensas, incluindo as despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto;
- L) O fornecedor deve atender às chamadas do atendimento independentemente da quantidade, devendo a entrega do objeto ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Ordem de Compra emitida pelo órgão requisitante.

II. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado no Portal Compras gov.do governo federal, com o objetivo de identificar os valores médios praticados e que atendam às necessidades da Secretaria da Saúde do Município do Crato. A pesquisa permitiu verificar variação de preços, demonstrando que é possível realizar a contratação de forma econômica, eficiente e em conformidade com os parâmetros legais, garantindo suporte adequado às atividades formativas e fortalecendo a atenção contínua e integrada à população.

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Das soluções encontradas:

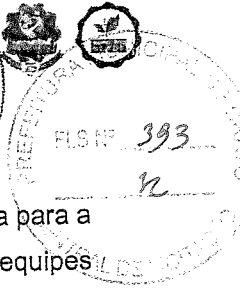
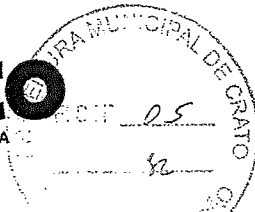
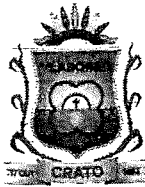
Solução 1: Aquisição por Pregão Eletrônico;

Solução 2: Aquisição por Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços.

A) Análise da solução 1

Embora o pregão eletrônico seja uma modalidade amplamente utilizada nas contratações públicas para aquisição de bens e serviços comuns, sua adoção na forma convencional nem sempre representa a solução mais eficiente para atender às necessidades da Administração. No presente caso, que visa à aquisição de materiais didáticos destinados ao fortalecimento das ações assistenciais e terapêuticas desenvolvidas pelas equipes multidisciplinares em saúde do Município do Crato/CE, verifica-se a existência de fatores que dificultam a definição precisa e definitiva dos quantitativos a serem consumidos durante a vigência contratual.

As equipes multidisciplinares de saúde estão sujeitas a alterações em sua composição, principalmente no que diz respeito às diretrizes e políticas públicas implementadas pelos entes federativos. Além disso, a demanda pelos materiais didáticos varia conforme o quantitativo de usuários atendidos, os projetos terapêuticos desenvolvidos, as ações coletivas de educação em saúde, os grupos terapêuticos instituídos e as necessidades assistenciais identificadas ao longo da execução das atividades.

**B) Análise da solução 2:**

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada para a presente contratação, considerando as características da demanda das equipes multidisciplinares em saúde do Município de Crato/CE. Esse modelo de contratação permite à Administração registrar previamente os preços dos materiais didáticos junto aos fornecedores habilitados, possibilitando a realização das aquisições de forma parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades efetivamente verificadas ao longo da vigência da ata.

C) Justificativa para a escolha da solução:

A escolha da solução fundamenta-se na necessidade de conferir maior eficiência, economicidade e flexibilidade à aquisição dos materiais, uma vez que a demanda apresenta caráter variável e está diretamente relacionada à dinâmica de funcionamento dos serviços de saúde, às alterações na composição das equipes multiprofissionais, à implementação de novas estratégias assistenciais, à ampliação ou readequação dos atendimentos ofertados e às necessidades identificadas junto à população usuária. Tais fatores dificultam a definição precisa dos quantitativos efetivamente necessários para todo o período de execução contratual.

Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços revela-se mais vantajoso por permitir que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade real da Administração, evitando tanto o comprometimento de recursos com a aquisição antecipada de quantitativos superiores aos demandados quanto o risco de desabastecimento decorrente de eventual aumento da demanda durante a vigência da contratação.

IV. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços visando a futura e eventual contratação de fornecedor especializado para o fornecimento de materiais didáticos, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Município do Crato/CE. A aquisição permitirá garantir suporte contínuo e adequado às ações das equipes, contribuindo para o fortalecimento das práticas de cuidado e para a oferta de uma atenção contínua, resolutiva e integrada à população.

A medida também está alinhada às diretrizes estabelecidas pela Portaria GM/MS nº 635, de 22 de maio de 2023, que aprimorou a estratégia das equipes multiprofissionais, ampliando o cofinanciamento federal, incluindo novas especialidades médicas, implementando o arranjo de atendimento remoto e ampliando a carga horária de atuação.

Dessa forma, a contratação se apresenta como uma solução eficiente e economicamente viável, fundamentada em levantamento de preços realizado no, garantindo que a Secretaria Municipal de Saúde disponha dos meios necessários para fortalecer as ações de suas equipes e consolidar uma atenção em saúde de maior qualidade para a população.

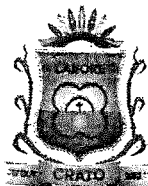
**V. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A estimativa para quantitativo dos materiais, objeto da presente contratação, foi elaborada com base nas demandas formalmente apresentadas pelas coordenações das Equipes Multiprofissionais (eMulti), do Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) e do Centro de Especialidades do Município de Crato/CE. Para a definição dos quantitativos, cada coordenação realizou levantamento técnico considerando o perfil dos usuários assistidos, o volume histórico de atendimentos, as atividades terapêuticas e educativas desenvolvidas, a capacidade operacional das equipes, a frequência de utilização dos materiais e a perspectiva de manutenção e ampliação das ações assistenciais ao longo do período de vigência da futura contratação.

Foram também considerados os diversos cenários de utilização dos materiais nas intervenções individuais e coletivas, incluindo atividades de reabilitação funcional, acompanhamento multiprofissional, ações de educação em saúde, grupos terapêuticos, atendimentos domiciliares e demais práticas desenvolvidas pelos profissionais que integram as equipes multidisciplinares da rede municipal de saúde. A metodologia adotada buscou compatibilizar as necessidades atuais dos serviços com a possibilidade de variações na demanda decorrentes do ingresso de novos usuários, alterações no perfil epidemiológico da população atendida, ampliação da cobertura assistencial, reestruturação dos processos de trabalho e modificações na composição das equipes multiprofissionais, fatores que influenciam diretamente o consumo dos materiais.

Registra-se que os quantitativos estimados não constituem obrigação de contratação integral por parte da Administração, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, servindo como parâmetro para dimensionamento da futura contratação e para a formação da proposta mais vantajosa. A efetiva aquisição dos materiais ocorrerá de acordo com as necessidades verificadas durante a execução das atividades das equipes multiprofissionais, observadas a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa, conforme apresentado na tabela abaixo:

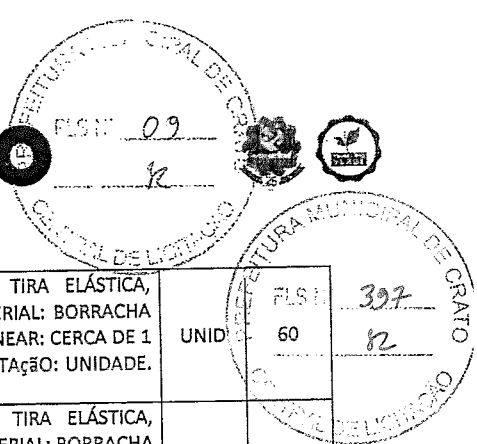
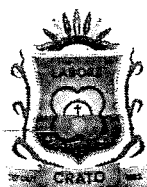
ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD
1	427495	ADIPÔMETRO	ADIPÔMETRO, OPERAÇÃO:ANALÓGICO, MATERIAL:METAL, RESOLUÇÃO:RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 95 MM, PRESSÃO:CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA:TOLERÂNCIA ATÉ 5 MM. CATMAT 427495	UNID	12
2	330875	APARELHO ELETROESTIMULADOR NEUROMUSCULAR	APARELHO ELETROESTIMULADOR NEUROMUSCULAR, COMPONENTES:MICROCONTROLADOR DE CORRENTES TENS/FES, ADICIONAIS:2 CANAIS CONTROLE INDEPENDENTES DE INTENSIDADE, FREQUÊNCIA:0,5 A 250HZ, GARANTIA:PARÂMETROS FIXOS ON TIME,OFF TIME,RISE E DECAY, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BURST,TENS E FES SINCRONIZADO,FES RECÍPROCO, ACESSÓRIOS:LARGURA PULSO 25 A 500VS,DISPLAY ALFA-NUMÉRICO. CATMAT 330875	UNID	5
3	415965	APARELHO ULTRASSONOGRAFIA	APARELHO ULTRASSONOGRAFIA, FREQUÊNCIA EMISSÃO:1 E 3 MHZ, VOLTAGEM:110 / 220 V, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MODO CONTÍNUO E PULSADO, COMPONENTES:TEMPORIZADOR AJUSTÁVEL, SENSOR TÉRMICO, OUTROS COMPONENTES:CABO FORÇA, 2 TRANSDUTORES, FUSÍVEIS EXTRAS. CATMAT 415965	UNID	5



4	478146	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ SISTEMA P/ FIXAÇÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 6 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 478146	UNID	1500
5	483283	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO, DIMENSÃO:CERCA DE 10 CM X 10 M, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 483283	UNID	300
6	483284	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO, DIMENSÃO:CERCA DE 6 CM X 10 M, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 483284	UNID	300
7	486826	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:ELÁSTICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:P/ ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR APH, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO E ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ APLICADOR DE PRESSÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 15 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:ESTÉRIL. CATMAT 486826	UNID	300
8	237593	BASTÃO	BASTÃO, MATERIAL:ALUMÍNIO, TAMANHO:OFICIAL. CATMAT 237593	UNID	52
9	604884	BICICLETA HORIZONTAL EXERCÍCIOS REABILITAÇÃO FÍSICA	BICICLETA HORIZONTAL EXERCÍCIOS REABILITAÇÃO FÍSICA, MODELO:CICLOERGÔMETRO COMPUTADORIZADO, PORTÁTIL, APLICAÇÃO:P/ BRAÇO E PERNA, USO NO LEITO, TIPO PINTURA:ELETROSTÁTICA, BASE ARTICULÁVEL E REGULÁVEL, TIPO PAINEL:TELA AJUSTE DIGITAL, TIPO MEDIÇÃO:SIMETRIA, TÔNUS, FORÇA, AJUSTE:TREINO PASSIVO, ATIVO E ASSISTIDO, ACESSÓRIOS:PESEIRA, MANOPLA, C/ SUSTENTAÇÃO MEMBROS. CATMAT 604884	UNID	1
10	475106	BOCAL - USO MÉDICO	BOCAL - USO MÉDICO, COMPATIBILIDADE:COMPATÍVEL C/ MEDIDOR DE PICO FLUXO EXPIRATÓRIO, MATERIA PRIMA:PLÁSTICO RESISTENTE, MODELO:TUBULAR RETO, TAMANHO:ADULTO, ESTERILIDADE:DESCARTÁVEL. CATMAT 475106	UNID	20
11	468506	BOLA FEIJÃO	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: BOLA DE FEIJÃO - BOBATH, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, TAMANHO: 45CM CIRCUNFERÊNCIA, CAPACIDADE: ATÉ 300 KG. CATMAT 468506	UNID	4
12	373635	BOLA MEDICINAL	BOLA MEDICINAL, MATERIAL:LATEX, PESO:500 G, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA, DIÂMETRO:70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM VÁLVULA. CATMAT 373635	UNID	15
13	240869	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:GRANDE. CATMAT 240869	UNID	10
14	240870	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:MÉDIO. CATMAT 240870	UNID	10
15	240871	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:PEQUENO. CATMAT 240871	UNID	10
16	329054	CANELEIRA	CANELEIRA, TIPO:PESO DE AREIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REVESTIDO EM NÁILON COM VELCRO, PESO:0,50 KG, USO:FISIOTERAPIA. CATMAT 329054	PAR	80
17	329055	CANELEIRA	CANELEIRA, TIPO:PESO DE AREIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REVESTIDO EM NÁILON COM VELCRO, PESO:1 KG, USO:FISIOTERAPIA. CATMAT 329055	PAR	60
18	636174	CINTO DE MULLING	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: CINTO TERAPIA MANUAL DE MULLIGAN, MATERIAL: TECIDO RESISTENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHO DE SEGURANÇA AJUSTÁVEL, ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL. CATMAT 636174	UNID	4
19	447975	CONE	CONE, MATERIAL:PVC, ALTURA:4 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE, CHAPÉU CHINÊS, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS. CATMAT 447975	UNID	40



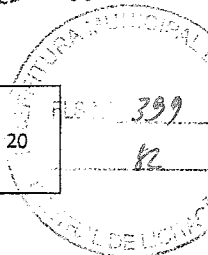
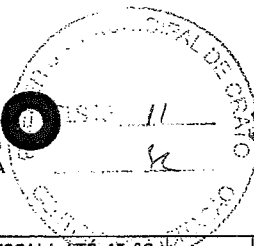
20	447976	CONE	CONE, MATERIAL:PVC, ALTURA:23 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE DE AGILIDADE, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS. CATMAT 447976	UNID	40
21	602142	CONE	CONE, MATERIAL:PLÁSTICO, ALTURA:CERCA 6 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE, CHAPÉU CHINÊS, DEMARCATÓRIO, C/ COR. CATMAT 602142	UNID	85
22	465055	DINAMÔMETRO	DINAMÔMETRO, TIPO:MANUAL, CAPACIDADE MÁXIMA:90 KGF, APLICAÇÃO:MEDICÃO ESFORÇO DA MÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PEGADOR COM AJUSTE FÁCIL EM 5 POSIÇÕES. CATMAT 465055	UNID	4
23	442457	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: TIPO TRENA, MATERIAL: FIBRA DE VIDRO, ESCALA GRADUAÇÃO:C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO:CERCA DE 2,0 M, COMPONENTE II:RETRÁTIL, C/ TRAVA. CATMAT 442457	UNID	10
24	442567	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: TIPO RÉGUA, MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, ESCALA GRADUAÇÃO:C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO:CERCA DE 2,0 M, COMPONENTE II:DOBRÁVEL, SISTEMA TELESCÓPICO, COMPONENTE III:TRIPÉ REGULÁVEL, ADICIONAL:PORTÁTIL. CATMAT 442567	UNID	10
25	600428	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: ESTADIÔMETRO DIGITAL, ULTRASSÔNICO, MATERIAL: GABINETE PLÁSTICO, ESCALA GRADUAÇÃO:C/ ESCALA MÉTRICA - MM, CM E POLEGADAS, FAIXA MEDIÇÃO:CERCA DE 2,3 M, COMPONENTE I:C/ VISOR, ADICIONAL:PORTÁTIL. CATMAT 600428	UNID	4
26	617934	DISPOSITIVO PORTÁTIL PARA TERAPIA RESPIRATÓRIA	DISPOSITIVO PORTÁTIL PARA TERAPIA RESPIRATÓRIA, TIPO DE FUNCIONAMENTO:PRESSÃO / VIBRAÇÃO - MECÂNICO, NÍVEL DE ESFORÇO:C/ AJUSTE MANUAL, MODELO:CORPO PRINCIPAL TIPO PEÇA DE MÃO, MATERIAL:POLÍMERO RESISTENTE, COMPONENTE:C/ BOCAL, COMPONENTE ADICIONAL:C/ CLIPE NASAL, TIPO USO:USO INDIVIDUAL. CATMAT 617934	UNID	5
27	623882	KIT TERAPÊUTICO	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS, TIPO 2:DISPOSITIVO DE TREINAMENTO MUSCULAR RESPIRATÓRIO, PADRÃO 1:POWERBREATHE MR, USO 2:FORTALECER OS MÚSCULOS RESPIRATÓRIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3:CARGAS AJUSTÁVEIS MANUALMENTE DE 23 À 186 CMH2O., COMPONENTES ADICIONAIS:BOCAL ADEQUADO PARA USO ADULTO E PEDIÁTRICO. CATMAT 623882	UNID	5
28	432706	ESFIGMOMANÔMETRO	ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE:ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO*:DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA:BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO:FECHO EM VELCRO, TAMANHO:ADOLESCENTE. CATMAT 432706	UNID	23
29	462363	ESPIRÔMETRO	ESPIRÔMETRO, MODELO:TELA EM LCD, SENSÍVEL AO TOQUE, DIMENSÃO:CERCA DE 7 POL, TIPO DE ANÁLISE:NO MÍNIMO FVC, FEV, PEF, FEF, VC, COMPONENTE I:SENSOR FLUXO/VOLUME TURBINA BIDIRECIONAL, COMPONENTE II:MÉTODO MEDIÇÃO INTERRUPTÃO INFRVERMELHOS, COMPONENTE III:C/ SOFTWARE, VOLUME:MÁXIMO 10 L, INTERFACE:USB, TRANSMISSÃO S/ FIO, FONTE ALIMENTAÇÃO:BATERIA RECARREGÁVEL. CATMAT 462363	UNID	4
30	623760	ESTEIRA ERGONOMICA	ESTEIRA ERGONOMICA, INCLINAÇÃO: ATÉ 15%, PROGRAMAS DE TREINO: 12, ALTURA: 145,50 CM, LARGURA: 91 CM, COMPRIMENTO: 218,90 CM. CATMAT 623760	UNID	2
31	340321	ESTESÍOMETRO	ESTESÍOMETRO, COMPOSIÇÃO:6 TUBOS COM 1 PAR FILAMENTOS NYLON ESPECIAL, APLICAÇÃO:TESTE DE SENSIBILIDADE CUTÂNEA. CATMAT 340321	UNID	2
32	617941	EXERCITADOR MUSCULAR PARA MEMBRO SUPERIOR	EXERCITADOR MUSCULAR PARA MEMBRO SUPERIOR, MODELO:C/ ORIFÍCIOS PARA DEDOS, RESISTÊNCIA:EXTRA LEVE, MATERIAL:POLÍMERO, COR:C/ COR, APRESENTAÇÃO:UNIDADE. CATMAT 617941	UNID	95



33	618017	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1M TIRA ELÁSTICA LEVE	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: TIRA ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: LEVE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 1 M, LARGURA: CERCA DE 12,5 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618017	UNID	60
34	618031	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1,5M TIRA ELÁSTICA MÉDIA	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: TIRA ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: MÉDIA, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 1,5 M, LARGURA: CERCA DE 12,5 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618031	UNID	60
35	618043	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1,5M TIRA ELÁSTICA FORTE	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: TIRA ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 1,5 M, LARGURA: CERCA DE 12,5 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618043	UNID	60
36	618094	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR MÉDIA 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: MÉDIA, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618094	UNID	60
37	618096	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR MÉDIA 60CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: MÉDIA, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 60 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618096	UNID	60
38	618106	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR FORTE 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618106	UNID	45
39	618115	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR EXTRA FORTE 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: EXTRA FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618115	UNID	45
40	618118	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR EXTRA FORTE 60CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: EXTRA FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 60 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618118	UNID	45
41	479614	FILTRO TERAPIA RESPIRATÓRIA	FILTRO TERAPIA RESPIRATÓRIA, APLICAÇÃO: P/ CIRCUITO RESPIRATÓRIO, MODELO: HMEF, TIPO: TROCA CALOR E UMIDADE C/ BARREIRA MICROBIOLÓGICA, TIPO MEMBRANA: HIDRÓFÓBICO E HIGROSCÓPICO, COMPONENTE: CONEXÕES PADRÃO, COMPONENTE ADICIONAL: C/ TRAQUÉIA CORRUGADA, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL. CATMAT 479614	UNID	450
42	223919	FITA MÉTRICA POLIÉSTER	FITA MÉTRICA COSTURA, MATERIAL: POLIÉSTER E FIBRA VIDRO, COMPRIMENTO: 150 CM, COR: BRANCA E AZUL. CATMAT 223919	UNID	20
43	472746	FITA MÉTRICA DESCARTÁVEL	FITA MÉTRICA COSTURA, MATERIAL: PAPEL, COMPRIMENTO: 100 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL. CATMAT 472746	UNID	5000
44	464937	GEL PARA EXAME MÉDICO	GEL PARA EXAME MÉDICO, APLICAÇÃO: REDUTOR DE IMPEDÂNCIA ELÉTRICA. CATMAT 464937	UNID	200
45	483725	GONIÔMETRO	GONIÔMETRO, TIPO: GONIÔMETRO DIGITAL, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, FAIXA MEDIÇÃO: 0 A 360 GRA, RESOLUÇÃO: 0,05 GRA, COMPRIMENTO: 200 MM, PADRÃO MEDIÇÃO: POLEGADAS, MILÍMETROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEDIDOR LCD; BATERIA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. CATMAT 483725	UNID	4
46	251770	HALTERE 2KG	HALTERE, MATERIAL: FERRO, TIPO: MACIÇO, REVESTIMENTO: PINTADO, FORMA: BOLAS NAS LATERAIS, PESO: 2 KG, APLICAÇÃO: GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO. CATMAT 251770	PAR	35

12
8

47	399138	HALTERE 1KG	HALTERE, MATERIAL:BORRACHA EVA, TIPO:MACIÇO, FORMA:BOLAS NAS LATERAIS, PESO: 1 KG, APLICAÇÃO:GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO. CATMAT 399138	PAR	35
48	469954	LANTERNA NÃO ELÉTRICA	LANTERNA NÃO ELÉTRICA, TAMANHO PILHA:AAA, TIPO FOCO:FIXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RÉGUA E MEDIDOR DE PUPILA PARA PROFISSIONAIS DA SA, APLICAÇÃO:HOSPITALAR, TIPO LÂMPADA:LED, MODELO:PEN LIGHT. CATMAT 469954	UNID	4
49	229643	MANOVACUÔMETRO	MANOVACUÔMETRO, COMPONENTES:DIAL EM ESCALA DE +/- 150 CM H2O/TUBO CONECTOR, USO:AVALIADOR DAS PI/PE, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA EM TRANSPLANTADO/ASSISTÊNCIA À FUNÇÃO. CATMAT 229643	UNID	2
50	385449	MARTELO	MARTELO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO:REFLEXOLÓGICO, ACESSÓRIOS:AGULHA E PINCEL. CATMAT 385449	UNID	4
51	615793	MASSAGEADOR	MASSAGEADOR, MODELO:ELÉTRICO, TIPO PISTOLA, APLICAÇÃO:LIBERAÇÃO MIOFASCIAL, OPERAÇÃO:C/ CONTROLE DE INTENSIDADE, ACESSÓRIOS:MÍNIMO 6 PONTEIRAS, ALIMENTAÇÃO:BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE RECARGA. CATMAT 615793	UNID	5
52	626342	BOLA DE EQUILÍBRIO	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO:BOLA DE EQUILÍBRIO SENSORIAL, MODELO:MEIA BOLA CRESPA, MATERIAL:PVC, APLICAÇÃO:TREINAMENTO DE ESTABILIDADE MOTORA E SENSORIAL, DIÂMETRO:CERCA DE 15 CM. CATMAT 626342	UNID	4
53	454200	MATERIAL P/ VNI - CPAP / BIPAP	MATERIAL P/ VNI - CPAP / BIPAP, TIPO 1:MÁSCARA FACIAL, TIPO BORDA:COXIM SILICONE INFLÁVEL, TAMANHO*:ADULTO M, VÁLVULA:C/ VÁLVULA PEEP, TIPO EXTENSÃO:TRAQUEIA, TIPO FIXAÇÃO:FIXADOR AJUSTÁVEL, APRESENTAÇÃO:CONJUNTO COMPLETO. CATMAT 454200	UNID	15
54	347647	MEDIDOR USO MÉDICO	MEDIDOR USO MÉDICO, TIPO:DE FLUXO RESPIRATÓRIO, TIPO MEDIÇÃO:ADULTO, FAIXA TRABALHO:VALORES DE ATS DE 60 A 880 L/MIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EIXO INTERNO EM AÇO INÓX,CORPO PLÁSTICO. CATMAT 347647	UNID	1
55	637109	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO PROTEÇÃO: VISOR ARTICULADO FORMATO CONCHA MATERIAL PROTEÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO LENTE: POLICARBONATO COR LENTE: INCOLOR APLICAÇÃO: SOLDADOR OXICOMBUSTIVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO DAS LENTES 50MM COM FILTRO DE LUZ TONALID. CATMAT 637109	UNID	10
56	467998	PINÇA ANATÔMICA	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DENTE DE RATO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 18 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. CATMAT 467998	UNID	10
57	467835	PINÇA CIRÚRGICA	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 18 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. CATMAT 467835	UNID	3
58	346920	PLATAFORMA PARA GINÁSTICA	PLATAFORMA PARA GINÁSTICA, MATERIAL:POLIETILENO, COMPRIMENTO:59 CM, LARGURA:40 CM, ALTURA:14 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MODELO GINÁSTICA STEP. CATMAT 346920	UNID	5
59	615614	ROLO CILÍNDRICO	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: ROLO CILÍNDRICO, MATERIAL: EVA, APLICAÇÃO: EXERCÍCIO FORTALECIMENTO MUSCULAR E MASSAGEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURIZADO, DIMENSÃO: CERCA DE 15 X 60 CM, ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL. CATMAT 615614	UNID	7
60	621944	TATAME	TATAME, MATERIAL:E.V.A., COMPRIMENTO PLACA:1 M, LARGURA PLACA:1 M, ESPESURA PLACA:10 MM, QUANTIDADE PLACAS:12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:36 BORDAS, 3 BORDAS INCLUSAS EM CADA PEÇA. CATMAT 621944	UNID	23

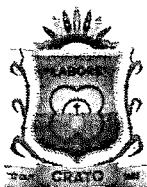


61	435803	TERMÔMETRO CLÍNICO	TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE:DIGITAL, ESCALA:ATÉ 45°C, TIPO*:USO AURICULAR E DE TESTA, COMPONENTES:C/ ALARMES, MEMÓRIA:MEMÓRIA ATÉ 10 MEDIÇÕES, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT 435803	UNID	20
----	--------	--------------------	---	------	----

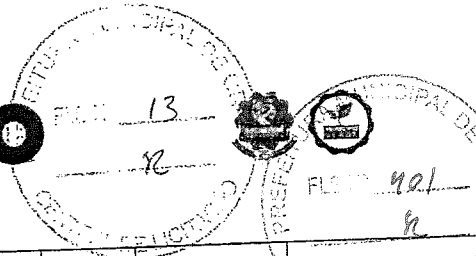
VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base em pesquisas realizadas no Portal Compras gov, verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 272.989,01 (duzentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e um centavo), conforme apresentado na tabela abaixo:

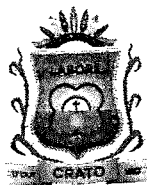
ITEM	CATMAT	NOME	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	427495	ADIPÔMETRO /	ADIPÔMETRO, OPERAÇÃO:ANALÓGICO, MATERIAL:METAL, RESOLUÇÃO:RESOLUÇÃO 0,1 MM, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 95 MM, PRESSÃO:CERCA DE 10 G/MM², TOLERÂNCIA:TOLERÂNCIA ATÉ 5 MM. CATMAT 427495	UNID	12	R\$ 89,45	R\$ 1.073,40
2	330875	APARELHO ELETROESTIMULADOR NEUROMUSCULAR	APARELHO ELETROESTIMULADOR NEUROMUSCULAR, COMPONENTES:MICROCONTROLADOR DE CORRENTES TENS/FES, ADICIONAIS:2 CANAIS CONTROLE INDEPENDENTES DE INTENSIDADE, FREQUÊNCIA:0,5 A 250HZ, GARANTIA:PARÂMETROS FIXOS ON TIME,OFF TIME,RISE E DECAY, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BURST,TENS E FES SINCRONIZADO,FES RECÍPROCO, ACESSÓRIOS:LARGURA PULSO 25 A 500VS,DISPLAY ALFA-NUMÉRICO. CATMAT 330875	UNID	5	R\$ 734,99	R\$ 3.674,95
3	415965	APARELHO ULTRASSONOGRAFIA	APARELHO ULTRASSONOGRAFIA, FREQUÊNCIA EMISSÃO:1 E 3 MHZ, VOLTAGEM:110 / 220 V, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MODO CONTÍNUO E PULSADO, COMPONENTES:TEMPORIZADOR AJUSTÁVEL, SENSOR TÉRMICO, OUTROS COMPONENTES:CABO FORÇA, 2 TRANSDUTORES, FUSÍVEIS EXTRAS. CATMAT 415965	UNID	5	R\$ 1.470,00	R\$ 7.350,00
4	478146	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ SISTEMA P/ FIXAÇÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 6 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 478146	UNID	1500	R\$ 65,80	R\$ 98.700,00
5	483283	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO, DIMENSÃO:CERCA DE 10 CM X 10 M, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 483283	UNID	300	R\$ 9,17	R\$ 2.751,00
6	483284	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:BAIXA ELASTICIDADE, CURTO ESTIRAMENTO, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO, DIMENSÃO:CERCA DE 6 CM X 10 M, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CATMAT 483284	UNID	300	R\$ 19,90	R\$ 5.970,00
7	486826	BANDAGEM	BANDAGEM, TIPO:ELÁSTICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:P/ ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALARAPH, MATERIAL:MALHA DE TECIDO SINTÉTICO E ALGODÃO, COMPONENTE ADICIONAL:C/ APLICADOR DE PRESSÃO, DIMENSÃO:CERCA DE 15 CM X 5 M, COR:C/ COR, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL EM ROLO, TIPO USO:ESTÉRIL. CATMAT 486826	UNID	300	R\$ 39,65	R\$ 11.895,00


 12
402
402

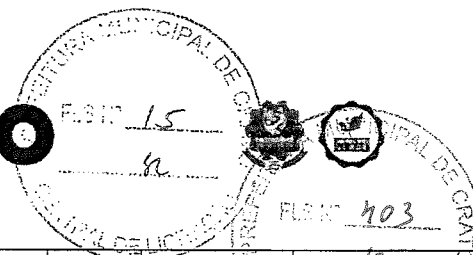
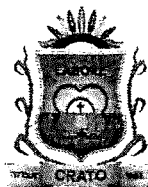
8	237593	BASTÃO	BASTÃO, MATERIAL:ALUMÍNIO, TAMANHO:OFICIAL CATMAT 237593	UNID	52	R\$ 83,00	R\$ 4.316,00
9	604884	BICICLETA HORIZONTAL EXERCÍCIOS REABILITAÇÃO FÍSICA	BICICLETA HORIZONTAL EXERCÍCIOS REABILITAÇÃO FÍSICA, MODELO:CICLOERGÔMETRO COMPUTADORIZADO, PORTÁTIL, APLICAÇÃO:P/ BRAÇO E PERNA, USO NO LEITO, TIPO PINTURA:ELETROSTÁTICA, BASE ARTICULÁVEL E REGULÁVEL, TIPO PAINEL:TELA AJUSTE DIGITAL, TIPO MEDIÇÃO:SIMETRIA, TÔNUS, FORÇA, AJUSTE:TREINO PASSIVO, ATIVO E ASSISTIDO, ACESSÓRIOS:PESEIRA, MANOPLA, C/ SUSTENTAÇÃO MEMBROS. CATMAT 604884	UNID	1	R\$ 1.063,18	R\$ 1.063,18
10	475106	BOCAL - USO MÉDICO	BOCAL - USO MÉDICO, COMPATIBILIDADE:COMPATÍVEL C/ MEDIDOR DE PICO FLUXO EXPIRATÓRIO, MATERIA PRIMA:PLÁSTICO RESISTENTE, MODELO:TUBULAR RETO, TAMANHO:ADULTO, ESTERILIDADE:DESCARTÁVEL. CATMAT 475106	UNID	20	R\$ 0,70	R\$ 14,00
11	458506	BOLA FEIJÃO	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: BOLA DE FEIJÃO - BOBATH, MATERIAL: BORRACHA NATURAL, TAMANHO: 45CM CIRCUNFERÊNCIA, CAPACIDADE: ATÉ 300 KG. CATMAT 458506	UNID	4	R\$ 74,00	R\$ 296,00
12	373635	BOLA MEDICINAL	BOLA MEDICINAL, MATERIAL:LATEX, PESO:500 G, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA, DIÂMETRO:70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM VÁLVULA. CATMAT 373635	UNID	15	R\$ 51,94	R\$ 779,10
13	240869	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:GRANDE. CATMAT 240869	UNID	10	R\$ 66,00	R\$ 660,00
14	240870	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:MÉDIO. CATMAT 240870	UNID	10	R\$ 43,40	R\$ 434,00
15	240871	BOLSA ESPORTIVA	BOLSA ESPORTIVA, MATERIAL:NAILON, TAMANHO:PEQUENO. CATMAT 240871	UNID	10	R\$ 11,10	R\$ 111,00
16	329054	CANELEIRA	CANELEIRA, TIPO:PESO DE AREIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REVESTIDO EM NÁILON COM VELCRO, PESO:0,50 KG, USO:FISIOTERAPIA. CATMAT 329054	PAR	80	R\$ 26,75	R\$ 2.140,00
17	329055	CANELEIRA	CANELEIRA, TIPO:PESO DE AREIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REVESTIDO EM NÁILON COM VELCRO, PESO:1 KG, USO:FISIOTERAPIA. CATMAT 329055	PAR	60	R\$ 27,99	R\$ 1.679,40
18	636174	CINTO DE MULLING	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO: CINTO TERAPIA MANUAL DE MULLIGAN, MATERIAL: TECIDO RESISTENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FECHO DE SEGURANÇA AJUSTÁVEL, ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL. CATMAT 636174	UNID	4	R\$ 194,95	R\$ 779,80
19	447975	CONE	CONE, MATERIAL:PVC, ALTURA:4 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE, CHAPÉU CHINÊS, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS. CATMAT 447975	UNID	40	R\$ 3,30	R\$ 132,00
20	447976	CONE	CONE, MATERIAL:PVC, ALTURA:23 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE DE AGILIDADE, DEMARCATÓRIO, CORES VARIADAS. CATMAT 447976	UNID	40	R\$ 4,59	R\$ 183,60
21	602142	CONE	CONE, MATERIAL:PLÁSTICO, ALTURA:CERCA 6 CM, APLICAÇÃO:ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONE, CHAPÉU CHINÊS, DEMARCATÓRIO, C/ COR. CATMAT 602142	UNID	85	R\$ 5,04	R\$ 428,40
22	465055	DINAMÔMETRO	DINAMÔMETRO, TIPO:MANUAL, CAPACIDADE MÁXIMA:90 KGF, APLICAÇÃO:MEDIÇÃO ESFORÇO DA MÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PEGADOR COM AJUSTE FÁCIL EM 5 POSIÇÕES. CATMAT 465055	UNID	4	R\$ 236,41	R\$ 945,64



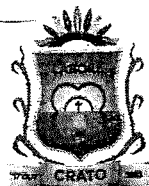
23	442457	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: TIPO TRENA, MATERIAL: FIBRA DE VIDRO, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 2,0 M, COMPONENTE II: RETRÁTIL, C/ TRAVA. CATMAT 442457	UNID	10	R\$ 33,20	R\$ 332,00
24	442567	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: TIPO RÉGUA, MATERIAL: ALUMÍNIO ANODIZADO, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 2,0 M, COMPONENTE II: DOBRÁVEL, SISTEMA TELESCÓPICO, COMPONENTE III: TRIPÉ REGULÁVEL, ADICIONAL: PORTÁTIL. CATMAT 442567	UNID	10	R\$ 152,05	R\$ 1.520,50
25	600428	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO: ESTADIÔMETRO DIGITAL, ULTRASSÔNICO, MATERIAL: GABINETE PLÁSTICO, ESCALA GRADUAÇÃO: C/ ESCALA MÉTRICA - MM, CM E POLEGADAS, FAIXA MEDIÇÃO: CERCA DE 2,3 M, COMPONENTE I: C/ VISOR, ADICIONAL: PORTÁTIL. CATMAT 600428	UNID	4	R\$ 205,00	R\$ 820,00
26	617934	DISPOSITIVO PORTÁTIL PARA TERAPIA RESPIRATÓRIA	DISPOSITIVO PORTÁTIL PARA TERAPIA RESPIRATÓRIA, TIPO DE FUNCIONAMENTO: PRESSÃO / VIBRAÇÃO - MECÂNICO, NÍVEL DE ESFORÇO: C/ AJUSTE MANUAL, MODELO: CORPO PRINCIPAL TIPO PEÇA DE MÃO, MATERIAL: POLÍMERO RESISTENTE, COMPONENTE: C/ BOCAL, COMPONENTE ADICIONAL: C/ CLIPE NASAL, TIPO USO: USO INDIVIDUAL. CATMAT 617934	UNID	5	R\$ 295,00	R\$ 1.475,00
27	623882	KIT TERAPÊUTICO	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS, TIPO 2: DISPOSITIVO DE TREINAMENTO MUSCULAR RESPIRATÓRIO, PADRÃO 1: POWERBREATHE MR, USO 2: FORTALECER OS MÚSCULOS RESPIRATÓRIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3: CARGAS AJUSTÁVEIS MANUALMENTE DE 23 À 186 CMH2O., COMPONENTES ADICIONAIS: BOCAL ADEQUADO PARA USO ADULTO E PEDIÁTRICO. CATMAT 623882	UNID	5	R\$ 558,00	R\$ 2.790,00
28	432706	ESFIGMOMANÔMETRO	ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE: ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO: DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO: ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA: BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO: FECHO EM VELCRO, TAMANHO: ADOLESCENTE. CATMAT 432706	UNID	23	R\$ 68,95	R\$ 1.585,85
29	462363	ESPIRÔMETRO	ESPIRÔMETRO, MODELO: TELA EM LCD, SENSÍVEL AO TOQUE, DIMENSÃO: CERCA DE 7 POL, TIPO DE ANÁLISE: NO MÍNIMO FVC, FEV, PEF, FEF, VC, COMPONENTE I: SENSOR FLUXO/VOLUME TURBINA BIDIRECIONAL, COMPONENTE II: MÉTODO MEDIÇÃO INTERRUPTÃO INFRAVERMELHOS, COMPONENTE III: C/ SOFTWARE, VOLUME: MÁXIMO 10 L, INTERFACE: USB, TRANSMISSÃO S/ FIO, FONTE ALIMENTAÇÃO: BATERIA RECARREGÁVEL. CATMAT 462363	UNID	4	R\$ 3.400,00	R\$ 13.600,00
30	623760	ESTEIRA ERGONOMICA	ESTEIRA ERGONOMICA, INCLINAÇÃO: ATÉ 15%, PROGRAMAS DE TREINO: 12, ALTURA: 145,50 CM, LARGURA: 91 CM, COMPRIMENTO: 218,90 CM. CATMAT 623760	UNID	2	R\$ 3.199,00	R\$ 6.398,00
31	340321	ESTESIÔMETRO	ESTESIÔMETRO, COMPOSIÇÃO: 6 TUBOS COM 1 PAR FILAMENTOS NYLON ESPECIAL, APLICAÇÃO: TESTE DE SENSIBILIDADE CUTÂNEA. CATMAT 340321	UNID	2	R\$ 248,99	R\$ 497,98
32	617941	EXERCITADOR MUSCULAR PARA MEMBRO SUPERIOR	EXERCITADOR MUSCULAR PARA MEMBRO SUPERIOR, MODELO: C/ ORIFÍCIOS PARA DEDOS, RESISTÊNCIA: EXTRA LEVE, MATERIAL: POLÍMERO, COR: C/ COR, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 617941	UNID	95	R\$ 31,74	R\$ 3.015,30



33	618017	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1M TIRA ELÁSTICA LEVE	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: TIRA ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: LEVE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 1 M, LARGURA: CERCA DE 12,5 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618017	UNID	60	R\$ 23,23	R\$ 1.393,80
34	618031	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1,5M TIRA ELÁSTICA MÉDIA	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: TIRA ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: MÉDIA, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 1,5 M, LARGURA: CERCA DE 12,5 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618031	UNID	60	R\$ 19,00	R\$ 1.140,00
35	618043	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR 1,5M TIRA ELÁSTICA FORTE	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: TIRA ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 1,5 M, LARGURA: CERCA DE 12,5 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618043	UNID	60	R\$ 24,00	R\$ 1.440,00
36	618094	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR MÉDIA 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: MÉDIA, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618094	UNID	60	R\$ 27,55	R\$ 1.653,00
37	618096	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR MÉDIA 60CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: MÉDIA, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 60 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618096	UNID	60	R\$ 98,00	R\$ 5.880,00
38	618106	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR FORTE 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618106	UNID	45	R\$ 27,77	R\$ 1.249,65
39	618115	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR EXTRA FORTE 50CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: EXTRA FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 50 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618115	UNID	45	R\$ 27,55	R\$ 1.239,75
40	618118	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR BANDA CIRCULAR EXTRA FORTE 60CM	FAIXA EXERCITADORA MUSCULAR, TIPO: BANDA CIRCULAR ELÁSTICA, INTENSIDADE DE RESISTÊNCIA: EXTRA FORTE, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA, COR: C/ COR, COMPRIMENTO LINEAR: CERCA DE 60 CM, LARGURA: CERCA DE 5,0 CM, APRESENTAÇÃO: UNIDADE. CATMAT 618118	UNID	45	R\$ 28,72	R\$ 1.292,40
41	479614	FILTRO TERAPIA RESPIRATÓRIA	FILTRO TERAPIA RESPIRATÓRIA, APLICAÇÃO: P/ CIRCUITO RESPIRATÓRIO, MODELO: HMEF, TIPO: TROCA CALOR E UMIDADE C/ BARREIRA MICROBIOLÓGICA, TIPO MEMBRANA: HIDRÓFOBICA E HIGROSCÓPICA, COMPONENTE: CONEXÕES PADRÃO, COMPONENTE ADICIONAL: C/ TRAQUEIA CORRUGADA, TAMANHO: ADULTO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL. CATMAT 479614	UNID	450	R\$ 5,99	R\$ 2.695,50
42	223919	FITA MÉTRICA POLIÉSTER	FITA MÉTRICA COSTURA, MATERIAL: POLIÉSTER E FIBRA VIDRO, COMPRIMENTO: 150 CM, COR: BRANCA E AZUL. CATMAT 223919	UNID	20	R\$ 4,73	R\$ 94,60
43	472746	FITA MÉTRICA DESCARTÁVEL	FITA MÉTRICA COSTURA, MATERIAL: PAPEL, COMPRIMENTO: 100 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DESCARTÁVEL. CATMAT 472746	UNID	5000	R\$ 11,18	R\$ 55.900,00
44	464937	GEL PARA EXAME MÉDICO	GEL PARA EXAME MÉDICO, APLICAÇÃO: REDUTOR DE IMPEDÂNCIA ELÉTRICA. CATMAT 464937	UNID	200	R\$ 6,40	R\$ 1.280,00



45	483725	GONIÔMETRO	GONIÔMETRO, TIPO:GONIÔMETRO DIGITAL, MATERIAL:PLÁSTICO TRANSPARENTE, FAIXA MEDIÇÃO:0 A 360 GRA, RESOLUÇÃO:0,05 GRA, COMPRIMENTO:200 MM, PADRÃO MEDIÇÃO:POLEGADAS, MILÍMETROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MEDIDOR LCD; BATERIA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. CATMAT 483725	UNID	4	R\$ 26,00	R\$ 104,00
46	251770	HALTERE 2KG	HALTERE, MATERIAL: FERRO, TIPO:MACIÇO, REVESTIMENTO: PINTADO, FORMA: BOLAS NAS LATERAIS, PESO: 2 KG, APLICAÇÃO: GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO. CATMAT 251770	PAR	35	R\$ 41,00	R\$ 1.435,00
47	399138	HALTERE 1KG	HALTERE, MATERIAL:BORRACHA EVA, TIPO:MACIÇO, FORMA:BOLAS NAS LATERAIS, PESO: 1 KG, APLICAÇÃO:GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO. CATMAT 399138	PAR	35	R\$ 20,45	R\$ 715,75
48	469954	LANTERNA NÃO ELÉTRICA	LANTERNA NÃO ELÉTRICA, TAMANHO PILHA:AAA, TIPO FOCO:FIXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RÉGUA E MEDIDOR DE PUPILA PARA PROFISSIONAIS DA SA, APLICAÇÃO:HOSPITALAR, TIPO LÂMPADA:LED, MODELO:PEN LIGHT. CATMAT 469954	UNID	4	R\$ 36,02	R\$ 144,08
49	229643	MANOVACUÔMETRO	MANOVACUÔMETRO, COMPONENTES:DIAL EM ESCALA DE +/- 150 CM H2O/TUBO CONECTOR, USO:AVALIADOR DAS PI/PE, APLICAÇÃO:FISIOTERAPIA EM TRANSPLANTADO/ASSISTÊNCIA À FUNÇÃO. CATMAT 229643	UNID	2	R\$ 225,92	R\$ 451,84
50	385449	MARTELO	MARTELO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO:REFLEXOLÓGICO, ACESSÓRIOS:AGULHA E PINCEL. CATMAT 385449	UNID	4	R\$ 44,85	R\$ 179,40
51	615793	MASSAGEADOR	MASSAGEADOR, MODELO:ELÉTRICO, TIPO PISTOLA, APLICAÇÃO:LIBERAÇÃO MIOFASCIAL, OPERAÇÃO:C/ CONTROLE DE INTENSIDADE, ACESSÓRIOS:MÍNIMO 6 PONTEIRAS, ALIMENTAÇÃO:BATERIA RECARREGÁVEL, FONTE DE RECARGA. CATMAT 615793	UNID	5	R\$ 81,71	R\$ 408,55
52	626342	BOLA DE EQUILÍBRIO	MATERIAL FISIOTERAPIA, TIPO:BOLA DE EQUILÍBRIO SENSORIAL, MODELO:MEIA BOLA CRESPIA, MATERIAL:PVC, APLICAÇÃO:TREINAMENTO DE ESTABILIDADE MOTORA E SENSORIAL, DIÂMETRO:CERCA DE 15 CM. CATMAT 626342	UNID	4	R\$ 45,97	R\$ 183,88
53	454200	MATERIAL P/ VNI - CPAP / BIPAP	MATERIAL P/ VNI - CPAP / BIPAP, TIPO 1:MÁSCARA FACIAL, TIPO BORDA:COXIM SILICONE INFLÁVEL, TAMANHO*:ADULTO M, VÁLVULA:C/ VÁLVULA PEEP, TIPO EXTENSÃO:TRAQUEIA, TIPO FIXAÇÃO:FIXADOR AJUSTÁVEL, APRESENTAÇÃO:CONJUNTO COMPLETO. CATMAT 454200	UNID	15	R\$ 959,00	R\$ 14.385,00
54	347647	MEDIDOR USO MÉDICO	MEDIDOR USO MÉDICO, TIPO:DE FLUXO-RESPIRATÓRIO, TIPO MEDIÇÃO:ADULTO, FAIXA TRABALHO:VALORES DE ATS DE 60 A 880 L/MIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EIXO INTERNO EM AÇO INÓX, CORPO PLÁSTICO. CATMAT 347647	UNID	1	R\$ 144,99	R\$ 144,99
55	637109	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO PROTEÇÃO: VISOR ARTICULADO FORMATO CONCHA MATERIAL PROTEÇÃO: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO TIPO LENTE: POLICARBONATO COR LENTE: INCOLOR APLICAÇÃO: SOLDADOR OXICOMBUSTIVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIÂMETRO DAS LENTES 50MM COM FILTRO DE LUZ TONALID. CATMAT 637109	UNID	10	R\$ 16,88	R\$ 168,80



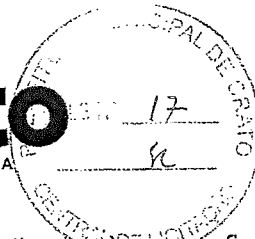
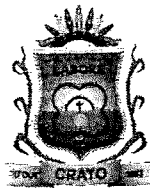
56	467998	PINÇA ANATÔMICA	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1:DENTE DE RATO, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 18 CM, COMPONENTE:S/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. CATMAT 467998	UNID	10	R\$ 24,41	R\$ 244,10
57	467835	PINÇA CIRÚRGICA	PINÇA CIRÚRGICA, MODELO 1:KELLY, FORMATO PONTA:PONTA RETA, TIPO PONTA:SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 18 CM, COMPONENTE:C/ CREMALHEIRA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL. CATMAT 467835	UNID	3	R\$ 89,45	R\$ 268,35
58	346920	PLATAFORMA PARA GINÁSTICA	PLATAFORMA PARA GINÁSTICA, MATERIAL:POLIETILENO, COMPRIMENTO:59 CM, LARGURA:40 CM, ALTURA:14 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MODELO GINÁSTICA STEP. CATMAT 346920	UNID	5	R\$ 61,00	R\$ 305,00
59	615614	ROLO CILÍNDRICO	MATERIAL FISIOTERAPIA TIPO: ROLO CILÍNDRICO, MATERIAL: EVA, APLICAÇÃO: EXERCÍCIO FORTALECIMENTO MUSCULAR E MASSAGEM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURIZADO, DIMENSÃO: CERCA DE 15 X 60 CM, ESTERILIDADE: REUTILIZÁVEL. CATMAT 615614	UNID	7	R\$ 99,90	R\$ 699,30
60	621944	TATAME	TATAME, MATERIAL:E.V.A., COMPRIMENTO PLACA:1 M, LARGURA PLACA:1 M, ESPESSURA PLACA:10 MM, QUANTIDADE PLACAS:12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:36 BORDAS, 3 BORDAS INCLUSAS EM CADA PEÇA. CATMAT 621944	UNID	23	R\$ 11,30	R\$ 259,90
61	435803	TERMÔMETRO CLÍNICO	TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE:DIGITAL, ESCALA:ATÉ 45 °C, TIPO*:USO AURICULAR E DE TESTA, COMPONENTES:C/ ALARMES, MEMÓRIA:MEMÓRIA ATÉ 10 MEDIÇÕES, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL. CATMAT 435803	UNID	20	R\$ 9,90	R\$ 198,00
VALOR TOTAL							R\$ 272,98

VII. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

Em observância ao disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade do parcelamento da solução. Considerando a diversidade dos materiais a serem adquiridos, verificou-se a possibilidade de agrupamento dos itens em lotes, formados por produtos de natureza, características e finalidades semelhantes, de modo a preservar a compatibilidade técnica entre os materiais e garantir maior eficiência na gestão contratual.

O agrupamento em lotes possibilita a aquisição de conjuntos de materiais correlatos, amplamente utilizados de forma integrada nas atividades desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais, favorecendo a padronização dos recursos empregados nos atendimentos e ações terapêuticas. A adoção do parcelamento por lotes mostra-se mais vantajosa, uma vez que amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em determinados segmentos do mercado, sem comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

Ao mesmo tempo, revela-se mais adequada do que a divisão por item isolado, tendo em vista que o agrupamento de materiais correlatos reduz custos operacionais relacionados à gestão, fiscalização, recebimento e acompanhamento contratual, além de minimizar riscos de



fornecimento fragmentado e incompatibilidades entre produtos destinados a mesma finalidade. A formação dos lotes observa critérios de afinidade técnica, funcionalidade e destinação dos materiais, garantindo que os itens agrupados possuam relação direta entre si.

VIII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

IX. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano Anual de Contratação da Secretaria Municipal de Saúde do Crato-CE do corrente ano.

X. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se assegurar o fornecimento contínuo e adequado de materiais didáticos destinados ao fortalecimento das ações assistenciais e terapêuticas desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais da Estratégia de Saúde da Família – eMulti, Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) e Centro de Especialidades do Município de Crato/CE, contribuindo para a melhoria da qualidade dos atendimentos, ampliação da efetividade das intervenções terapêuticas, promoção do desenvolvimento cognitivo e funcional dos usuários, fortalecimento das ações de educação em saúde e otimização dos recursos públicos, garantindo maior eficiência na prestação dos serviços ofertados à população.

XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o objeto.

XII. IMPACTOS AMBIENTAIS

Nesta contratação será utilizado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

XIII. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Crato/CE, 16 de julho de 2026

Responsável pela Elaboração:


Raimundo Luiz de Oliveira Neto
Assessor I
Portaria nº 527/2026 - SMPG

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

À

Pregoeira Do Município De Crato/CE.

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

Objeto: _____

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Municipal e Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO _____							
Item	CATMAT	Especificação	Marca / Fabricante	Unid.	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total							

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

Declaro, sob as penas da lei, em especial o art 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de que trata o Edital, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante em potencial;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante em potencial a participar ou não da referida licitação;



- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Administração, antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

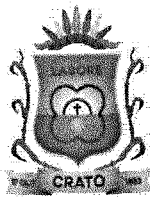
Declaro sob as penas da Lei, que os preços praticados na proposta de preços, estão de acordo com os preços praticados no mercado atual, ciente da responsabilidade e das penalidades caso estejam inexecutáveis ou superfaturados.

Local, data

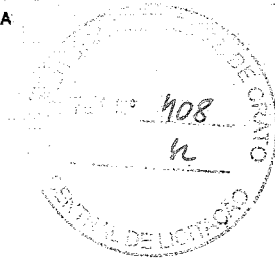
Assinatura de representante legal
(nome do cargo)

Guilherme

Central
de Licitação



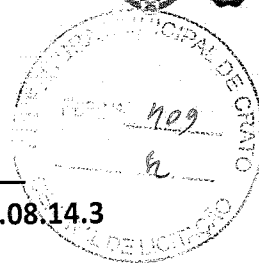
Crato
PREFEITURA



ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Guimarães

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2026.08.14.3



O Município de Crato/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 07.587.975/0001-07, com sede no Largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, Crato/CE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representado pela Secretário (a) Sr(a), designado(a) pela Portaria nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 2026.08.14.3, RESOLVE registrar o preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, _____, inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na _____, representada pelo Sr(a). _____, conforme contrato social/ato constitutivo/procuração, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Esta Ata tem por objeto o **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DESTINADOS AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E TERAPÊUTICAS DESENVOLVIDAS PELAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 2026.08.14.3, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a proposta vencedora, cujo preços tenham sido registrados, independente da transcrição.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência em igualdade de condições, bem como não obriga à contratação da totalidade de bens registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – ORGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de _____.

2.1. Além do gerenciador, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MED.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL



VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE:					

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

3.3. O valor global da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao GERENCIADOR durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante apostilamento.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da

DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;

b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DETENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a DETENTORA DA ATA formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

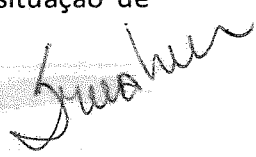
Guilherme

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORDEM DE CONSUMO DE ITEM/GRUPO

- 7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item/grupo mais vantajoso, consumindo-se os demais grupos nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.
- 7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um item/grupo espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item/grupo mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens/grupo em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.
- 7.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.
- 7.4. Se empresas distintas venceram itens/grupo espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.
- 7.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.4, o GERENCIADOR deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.
- 8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.
- 8.3. A DETENTORA DA ATA terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação para assinatura do termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
- 8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.
- 8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.
- 8.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.
- 8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da DETENTORA DA ATA perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
- 8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a DETENTORA DA ATA será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de



regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

9.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

- 9.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sítio Eletrônico Do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- 9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
- 9.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
- 9.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
- 9.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
- 9.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 9.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA

10.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

- 10.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 10.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 10.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
- 10.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 10.1.5. Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

Smoker

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ADESÃO DE ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.2. Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do GERENCIADOR, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.6. Os PARTICIPANTES poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da DETENTORA DA ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA

12.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.

12.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

Guashier

12.3. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo GERENCIADOR.

12.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa a DETENTORA DA ATA que:

13.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3. desta Ata.

13.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar, nos seguintes casos e condições:

13.3.1. na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2. e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão PARTICIPANTE, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do GERENCIADOR, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

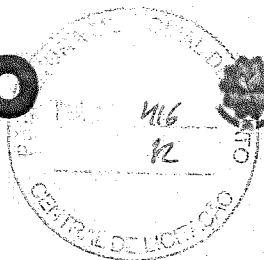
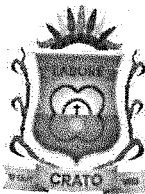
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORNECIMENTO E PAGAMENTO

14.1. Os ditames sobre fornecimento, prestação de serviço, pagamento, estão dispostos no contrato, conforme Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro do município de Crato, para conhecer das questões relacionadas com esta Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.





CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sítio Eletrônico do Município, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Crato – CE, ____ de ____ de ____.

ÓRGÃO GERENCIADOR

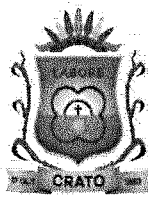
ÓRGÃO PARTICIPANTE 1

ÓRGÃO PARTICIPANTE 2

EMPRESA DETENTORA DA ATA

Suaheer

Central
de Licitação

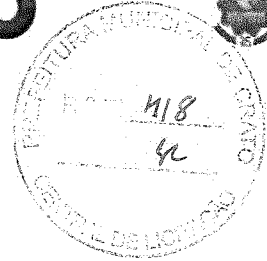
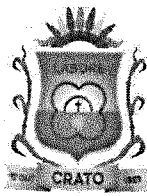


Crato
PREFEITURA



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Grasshopper



MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Processo Administrativo nº 8809.2026)
Pregão Eletrônico nº 2026.08.14.3

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE CRATO-CE, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA
.....

O Município de Crato-CE, por intermédio da Secretaria de Saúde, com sede no Largo Julio Saraiva, s/n, Centro, Crato-CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.587.975/0001-07, neste ato representada pela Secretário(a) Sr(a), nomeada pela Portaria nº, de de de, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 8809.2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 2026.08.14.3, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

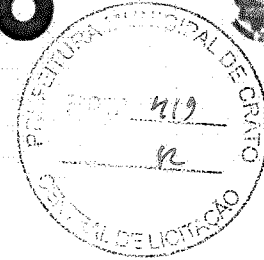
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DESTINADOS AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS E TERAPÊUTICAS DESENVOLVIDAS PELAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. A Ata de Registro de Preços Nº -----;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

3.2. A execução e fiscalização do contrato deverá ser acompanhada pelos fiscais: _____, para atender a todos os regramentos referentes a sua temática, conforme a Lei 14.133 de 2021, art. 117, caput e Anexo VI do Decreto Municipal 1602001/2023-GP.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

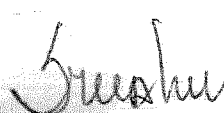
5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



6.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.3. Estando toda documentação correta, o servidor encaminhará, através de fluxo regido pela Secretaria de Finanças e Planejamento, para realização de trâmites e pagamento.

6.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de preferência no banco BRADESCO.

6.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias da prestação do serviço ou da entrega completa do bem, respeitadas as disposições do artigo 59 do Decreto Municipal nº 1602001/2023 – GP.

6.6. Deverá ser respeitada a ordem cronológica exigida no artigo nº 141, Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em/...../.....

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

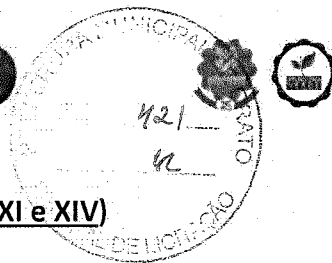
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Os valores contratados poderão ser alterados para atender ao aumento ou diminuição do item contratado ou para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o artigo nº 124 da lei nº 14.133/21 e Anexo-VII do Decreto Municipal nº 1602001/2023-GP.



8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Guilherme

- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Superior

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia-contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Dotação Orçamentária: -----

II. Elemento de Despesa: -----

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Guarhu

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Crato para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Crato-CE, ____ de ____ de ____.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

